REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIÓNAL AGUDA

Maputo, Novembro de 2021

SETSAN

WFP FAO FEWS NET OXFAM IPC Integrated Food Security Phase Classification INGD

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL AGUDA

Maputo, Novembro de 2021

SETSAN

PREFÁCIO

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) é um órgão de consulta e coordenação do Governo, em matéria de promoção e implementação da legislação, políticas, estratégias e programas atinentes à segurança alimentar e nutricional, criado pelo Decreto nº 69/2017, de 6 de Dezembro do Conselho de Ministros. O CONSAN é apoiado pelo Secretariado Executivo de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN).

A realização da avaliação de segurança alimentar e nutricional aguda, pós-colheita em Moçambique, é uma das funções do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), com vista a monitorar anualmente o ponto de situação da segurança alimentar e nutricional no período pós-colheita, ao nível dos agregados familiares do País.

A avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional, cobre habitualmente áreas urbanas, peri-urbanas, e rurais.

Este Relatório, congrega dados referentes a avaliação realizada nos meses de Setembro a Outubro de 2021 que compreende época pós-colheita e contém projecções de Novembro de 2021 a Março de 2022.

Da análise dos resultados desta avaliação, estima-se que actualmente cerca de 1.857.642 pessoas enfrentam alguma forma de privação alimentar aguda, o que correspondente a uma redução na ordem de 31% comparativamente ao mesmo período do ano anterior (2020).

Esta avaliação, prevê igualmente a melhoria da situação de segurança alimentar em todo o País, com a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda de 1.857.642 pessoas acima citadas para 1.443.380 pessoas, no período de Abril a Setembro de 2022, representando um decréscimo de cerca de 22%.

Este estudo, aponta como sendo as principais causas de insegurança alimentar aguda no País as seguintes:

1. Mudanças Climáticas: (i). Escassez ou irregularidade de chuvas (seca) nas províncias de Nampula, Tete, Manica, Gaza, Inhambane e Maputo; (ii). Cheias e inundações nas províncias de Sofala, Manica e Gaza;

2. A Pandemias da COVID-19, tem o seu impacto em todas as províncias, com relevância para as cidades capitais;

3. Aumento de preços dos produtos alimentares; e

4. Acções terroristas na província de Cabo Delgado que resultam neste período em mais de 893.992 deslocados, correspondente a cerca de 48% do total de pessoas em insegurança alimentar aguda em todo o País.

Os resultados da presente avaliação, permitem aceder a real situação sobre: resiliência, exposição e resposta aos riscos e desastres naturais, estimativas de colheita de cereais, reservas alimentares das famílias e período de duração, número de refeições por dia, diversificação e qualidade da dieta, fonte de água segura, higiene e saneamento do meio.

Dados da presente avaliação, indicam que a redução em 31% do número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda entre 2020 e 2021 deveu-se aos seguintes factores: aumento da produção e produtividade agrícolas e registo de excedentes no período pós-colheita 2021.

Pelo aumento da produção e produtividade rumo a "Fome Zero" no País, o nosso muito obrigado a todos os actores da cadeia de sistemas de segurança alimentares e nutricional.

Maputo, 6 de Dezembro de 2021

A Secretária Executiva do SETSAN

_____

Celmira da Silva

AGRADECIMENTO

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique, expressa o seu agradecimento a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a efectivação deste relatório.

O sucesso deste exercício, deveu-se ao empenho do Governo a todos os níveis e Parceiros, a dedicação dos Inquiridores no trabalho de recolha de dados com qualidade, Supervisores, Motoristas e outro pessoal de apoio e da sociedade civil em geral. Contudo, a colaboração dos Agregados Familiares e o apoio prestado pelas Autoridades Locais, foram de elevada importância para o sucesso de trabalho de campo.

Reconhecemos, o papel dos parceiros na assistência técnica e financeira e na sua participação activa em todo o processo, pois acreditamos que realizar um exercício multidisciplinar desta envergadura, mostra o compromisso de uma parceria estratégica cada vez mais sólida.

FICHA TÉCNICA

Título
Relatório da Avaliação de Segurança Alimentar no País Pós-Colheita, Setembro 2021

Editor
SECRETARIADO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Direcção Central
Celmira da Silva, Secretária Executiva do CONSAN
António Pacheco Dias Lima, Director dos Serviços de Informação de SAN

Produção
José João Vilanculo, Técnico do SISAN
Big Quezeasse Ofice, Téncico do SISAN
Lara Carrilho, Técnica do Programa Mundial para a Alimentação (PMA)
Dino Buene, Técnico do FewsNet Moçambique

Revisão e Controle de Qualidade
Celmira da Silva
António Pacheco
Manuel Veiga Lopez, Técnico de IPC ESA-OER
Muhindi Simon, Técnico de IPC ESA-OER

Apoio Técnico
Kudzayi Kariri - IPC ESA-OER
Joysee Rodrigues - IPC JRC EC
Pablo Rodriguez - FSC
Felicidade Panguene - FAO
Ananias Nielo - PMA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO **9**
1.2 Justificativa 10
1.2.1 Objectivo geral 10
1.2.2 Objectivos específicos 10

2. METODOLOGIA **11**
2.2 Amostragem 11
2.3 Classificação Integrada por Fases da Segurança Alimentar (IPC) 16
2.4 Fonte de Informação 16
2.5 Formação dos Supervisores e Inquiridores 17
2.6 Recolha de Dados 17
2.7 Instrumento de Recolha de Dados 17
2.8 Fases da Classificação Integrada da Insegurança Alimentar (IPC) 18

3. ANÁLISE DE DADOS **19**
3.1 Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar Aguda no Agregado Familiar em 2021 – Áreas Urbanas 19
3.2 Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar em 2021 – Áreas Rurais 20
3.2 Fontes de Rendimento dos Agregados Familiares em 2021 – Áreas Urbanas 21
3.3 Posse de Reservas Alimentares nos Agregados Familiares em 2021– Área Rural 21
3.4 Comparação das Reservas Alimentares nos Agregados Familiares de 2021 em relação a 2020 22
3.5 Índice do Consumo Alimentar dos Agregados Familiares em 2021 – Áreas Urbanas 22
3.6 Índice do Consumo Alimentar dos Agregados Familiares em 2021 – Áreas Rural 23
3.7 Percentagem de Agregados Familiares que usa Água de Fontes Seguras em 2021 23
3.8 Estratégias de Sobrevivência em 2021 – Área Urbana 24
3.9 Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência em 2021 – Área Urbana 25

4. RESULTADOS **26**
4.1 Situação de Insegurança Alimentar Aguda (Novembro de 2021 – Março 2022) 26
4.2 Impacto da Assistência Alimentar Humanitária em 2021 29

5. PROJECÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA (Abril - Setembro de 2022) **31**
5.2 Principais Pressupostos para o Período da Projecção 31
5.3 Actividades de Acompanhamento e Actualização da Situação 32
5.4 Factores de Risco a Monitorar 32
5.5 Projeccão da Insegurança Alimentar Aguda (Abril - Setembro 2021) 33

6. CONSTATAÇÕES **36**
6.1 Área Rural 36
6.2 Área Urbana 37

7. CONCLUSÃO **39**
8.LIMITAÇÕES DA ANÁLISE **41**
9. RECOMENDAÇÕES **42**
ANEXOS **43**

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Ministros, através do Decreto 69/2017, de 6 de Dezembro, criou o **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN)**, composto por instituições do Governo, Sociedade Civil, Sector Privado e Academia com o mandato de:

- Coordenar a implementação de acções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), através de uma abordagem multissectorial;
- Produzir informação para acção; e
- Apoiar na formulação de políticas pertinentes em todas as áreas de intervenção.

Neste quadro de coordenação multissectorial, um dos mandatos do Secretariado Executivo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é realizar regularmente Avaliações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste contexto, decorreu entre os dias 26 de Setembro e 11 de Outubro de 2021, uma Avaliação de Segurança Alimentar Aguda Pós-Colheita nos Agregados Familiares (AFs) do País, para estimar o número de pessoas com Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) que abrangeu cerca de 40% dos distritos do país (64), dentre os quais todas as cidades capitais.

Esta avaliação, contou com o apoio técnico e financeiro do Programa Mundial da Alimentar (PMA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Unidade de Suporte Global da Classificação Integraga em Fases da Insegurança Alimentar (IPC-GSU), OXFAM, FEWSNET/USAID, Cluster Multissectorial de Segurança Alimentar (FSC) e Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

1.2 Justificativa

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), em cumprimento do mandato do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), planificou a realização da Avaliação Pós-Colheita 2021 para aferir o ponto de situação de Segurança Alimentar e Nutricional Aguda no País.

A realização regular destas avaliações, afigura-se pertinente e imprescindível, pois os relatórios resultantes das referidas avaliações, alimentam os principais veículos de dados nacionais, regionais e internacionais sobre a segurança alimentar e nutricional, a saber:

- Instituições do Governo para a tomada de decisões baseadas em evidências;
- Índice Global de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Relatório síntese da região da SADC;
- Situação da vulnerabilidade na região da SADC;
- Relatório em tempo real que compara a situação de segurança alimentar entre os países membros da SADC;
- Relatório apresentado no Comité Regional de Inter-Agências pelo Grupo de Trabalho da SADC sobre a segurança alimentar e nutricional; e
- Os Relatórios usados pelos doadores para a mobilização de fundos.

Sendo Moçambique um país assolado de forma recorrente a cheques, urge a necessidade de avaliação regular da situação da segurança alimentar junto das populações afectadas.
A ocorrência de múltiplos choques nos últimos 12 meses, afectou a Segurança Alimentar e Nutricional dos Agregados Familiares (AFs) com destaque para:

- Depressões Tropicais Chalane, Eloíse e Guambe nas zonas centro e sul do País;
- Seca e irregularidade da queda das chuvas em algumas partes das zonas Sul e Centro do país;
- Acções de terroristas na província de Cabo Delgado e conflitos armados no centro do país; e
- A COVID-19

1.2.1 Objectivo geral

- Avaliar o ponto de situação da Segurança Alimentar e Nutricional Aguda nos Agregados Familiares das áreas urbanas e rurais do País, no período Pós-Colheita 2021.

1.2.2 Objectivos específicos

- Estimar a população urbana e rural na situação de insegurança alimentar aguda;
- Estimar a população urbana e rural projectada na situação de insegurança alimentar aguda;
- Estimar o número de pessoas em insegurança alimentar aguda, face ao impacto dos múltiplos choques que assolaram o País;
- Classificar os distritos avaliados em fases de insegurança alimentar aguda.

2. METODOLOGIA

No geral, as avaliações de Segurança Alimentar e Nutricional, obedecem a metodologia do Instituto Nacional de Estatísticas, instituição reitora das estatísticas nacionais e Protocolos da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar (IPC), conectada a nível global pela "Integrated Phase Classification (IPC)" - sediada em Roma, com a Unidade Técnica baseada na Africa do Sul, esta entidade, tem o mandato de apoiar e controlar a qualidade de dados gerados nos países da SADC.

2.2 Amostragem

A amostra da Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Pós-Colheita 2021, foi desenhada com base nos Protocolos da Classificação Integrada em Fases de Insegurança Alimentar.

Foi definida como unidade amostral o distrito e, com base na lista de distritos e tipos de choques registados durante o período em análise, disponibilizada pelos Serviços Provinciais de Actividades Económicas, foram seleccionadas usando o método sistemático, 4 distritos em cada província, com execepção da província da Zambézia e Niassa que foram (10 distritos e 5 distritos) respectivamente, 6 Áreas de Enumeração por distrito, 18 Agregados Familiares (AFs) por Área de Enumeração Urbana totalizando 108 Agregados Familiares (AFs) por distrito e 16 Agregados Familiares (AFs) por Áreas de Enumeração Rural, perfazendo um total 96 Agregados Familiares (AFs) por distrito.

O que é IPC e IPC de Insegurança Alimentar Aguda?

IPC é um conjunto de ferramentas e procedimentos usados para classificar a gravidade e as características de crises alimentares e de nutrição agudas, bem como a insegurança alimentar crónica, com base em padrões internacionais. IPC compreende quatro funções que se reforçam mutuamente, cada uma com um conjunto de protocolos específicos (ferramentas e procedimentos). Os parâmetros nucleares da IPC incluem a busca de consenso, a convergência da evidência, a responsabilização, a transparência e a comparabilidade. A análise IPC visa fundamentar a resposta de emergência, bem como as políticas e programas de segurança alimentar a médio e longo prazo. Para a IPC, define-se Insegurança Alimentar Aguda como qualquer manifestação de insegurança alimentar encontrada numa determinada área e num determinado momento, com um nível de gravidade que ameaça vidas ou os meios de subsistência, ou ambos, independentemente das causas, do contexto ou da duração. É bastante susceptível à mudança e pode ocorrer e manifestar-se no seio de uma população dentro de um curto período de tempo, como resultado de mudanças ou choques súbitos que afectam negativamente os factores determinantes da insegurança alimentar.

Neste contexto, foram avaliadas 10 províncias e a Cidade de Maputo, num total de 64 distritos urbanos e rurais, sendo 10 cidades capitais, 4 distritos urbanos da cidade de Maputo, 37 distritos rurais e 13 distritos de Cabo Delgado, cobrindo uma amostra de 5.064 agregados familiares (AFs), conforme a Tabela-1 e o Mapa-1 a seguir.

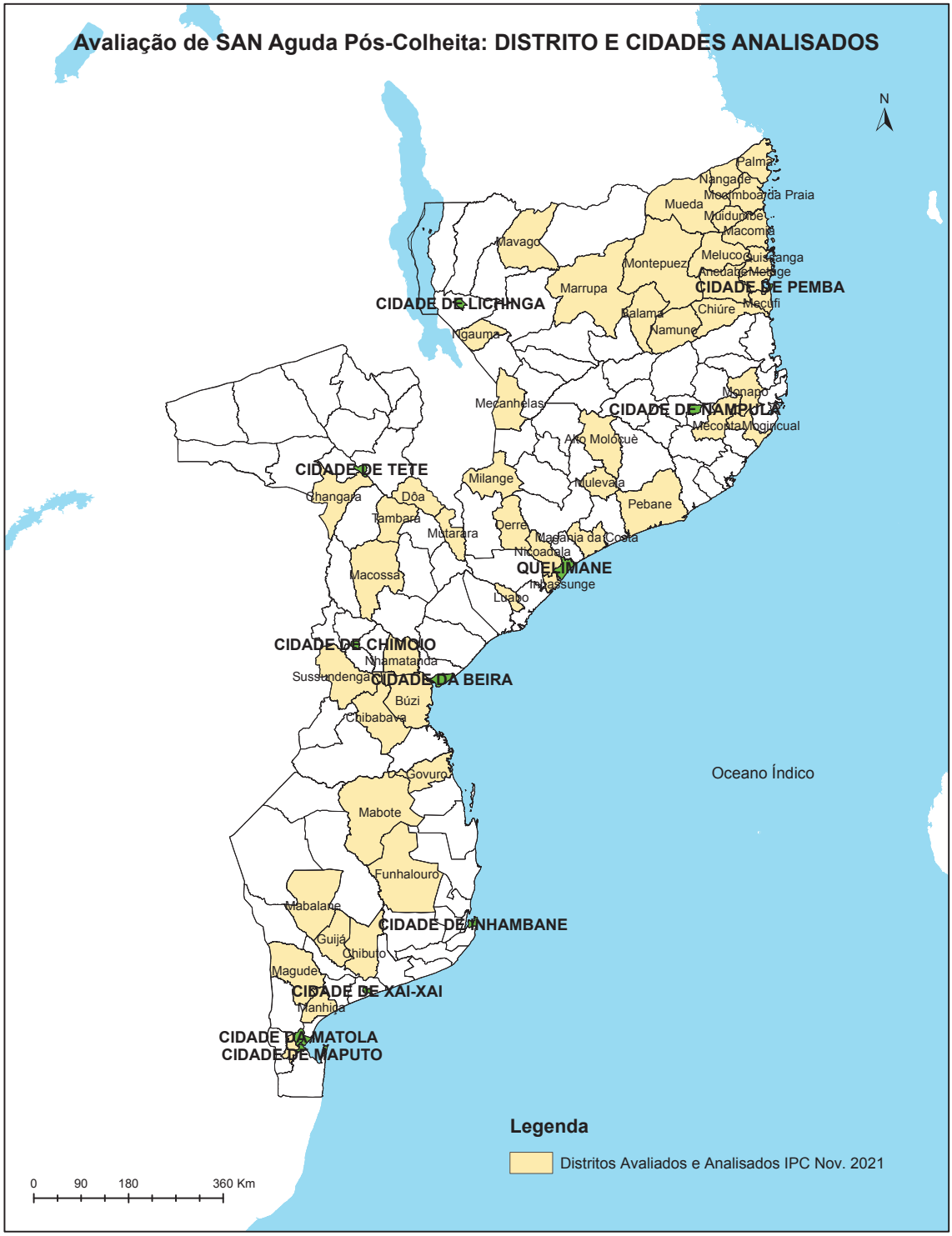
Em primeiro lugar foram selecionados usando o método de amostragem sistemática, os distritos para análise; em segundo lugar as áreas de enumeração urbanas e rurais de cada distrito, onde foram selecionados 108 Agregados Familiares para entrevistas nas áreas urbanas e 96 Agregados Familiares para as áreas rurais. O processo de selecção dos Agregados Familiares inqueridos foi feita pelos inquiridores no trabalho de campo, aplicando também o Método de Amostragem Sistemático.

Tabela-1: Amostra para Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Pós-Colheita 2021

N°	Província	Distrito	Número de Afs/AE por Entrevistar
1	**Niassa**	Marrupa	96
		Mecanhelas	96
		Mavago	96
		Ngauma	96
		Cidade de Lichinga	108
2	**Cabo Delgado**	Ancuabe	96
		Balama	96
		Chiúre	96
		Ibo	Informação Secundários
		Macomia	Informação Secundários
		Mecufi	Informação Secundários
		Meluco	Informação Secundários
		Metuge	Informação Secundários
		Moímboa da Paria	Informação Secundários
		Montepuéz	Informação Secundários
		Moeda	Informação Secundários
		Muidumbe	Informação Secundários
		Mamuno	Informação Secundários
		Nangade	Informação Secundários
		Palma	Informação Secundários
		Quissanga	Informação Secundários
		Cidade de Pemba	108
3	**Nampula**	Mongicual	96
		Monapo	96
		Meconta	96
		Cidade de Nampula	108
4	**Zambézia**	Alto Molocue	96
		Pebane	96
		Derre	96
		Inhassunge	96
		Luabo	96
		Maganja da Costa	96
		Milange	96
		Mulevala	96
		Nicoadala	96
		Cidade de Quelimane	108
Subtotal			**2.256**

Nº	Província	Distrito	Número de Afs/AE por Entrevistar
5	**Tete**	Changara	96
		Dôa	96
		Mutarara	96
		Cidade de Tete	108
6	**Manica**	Macossa	96
		Sussundenga	96
		Tambara	96
		Cidade de Chimoio	108
7	**Sofala**	Buzi	96
		Chibabava	96
		Nhamatanda	96
		Cidade da Beira	108
8	**Inhambane**	Funhalouro	96
		Govuro	96
		Mabote	96
		Cidade de Inhambane	108
9	**Gaza**	Chibuto	96
		Guijá	96
		Mabalane	96
		Cidade de Xai Xai	108
10	**Maputo Província**	Boane	96
		Magude	96
		Manhiça	96
		Cidade da Matola	108
11	**Cidade de Maputo**	Kamavota	108
		Kamaxakene	108
		Kamubukwane	108
		Katembe	108
Subtotal			**2.808**
Total			**5.064**

Mapa-1: Distritos e Cidades Avaliados no Pós-Colheita 2021



2.3 Classificação Integrada por Fases da Segurança Alimentar (IPC)

A análise da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar, foi feita usando dados primários e secundários, recolhidos nos 51 distritos selecionados na amostra. A estes, foram acrescidos mais 13 distritos da província de Cabo Delgado, totalizando 64 Distritos, desagregados em: 50 distritos rurais, as 10 capitais provinciais e 4 distritos urbanos da Cidade de Maputo.

Importa registar que a Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar, decorreu de forma híbrida (presencial e online) e iniciou com o seminário na semana de 8 a 13 de Novembro realizado na Cidade da Beira. Participaram técnicos do SETSAN Central e Provinciais, FAO, FewsNet e PMA com a orientação de facilitadores de IPC nacionais e internacionais e da Unidade de Suporte Global da Integrated Phase Classification (IPC-GSU).

2.4 Fonte de Informação

As principais fontes de informação usadas para realizar a presente análise foram as seguintes:

- Avaliação de Segurança Alimentar Aguda Pós-Colheita, conduzida pelo SETSAN, em Setembro de 2021, em 51 distritos do País;
- Inquérito por telefone (mVAM) ao AFs, conduzido pelo SETSAN e PMA em Agosto e Setembro de 2020 em todo o País;
- Calendário Sazonal da FEWS NET 2020, com informações sobre a precipitação e projeção de preços de Milho no mercado de Gorongosa, de referência Nacional;
- Preços do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), informação tanto de preços históricos como actuais de produtos alimentares básicos nos mercados do País;
- Previsão Climática Sazonal de Outubro de 2021 a Março de 2022 do INAM
- Relatórios do PES: Balanço de 9 meses, publicado em Outubro de 2021, pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs), Direcções Provinciais de Agricultura e Pescas (DPAPs) e Direcções Provinciais de Actividades Económicas (SPAEs), com estimativas de produção para diferentes culturas;
- Perspectivas de Segurança Alimentar de Outubro de 2021 da FEWS NET;
- Recomendações Agro-Técnica 2021-22 de Setembro de 2021 do MADER;
- Inquérito Agrário Integrado 2020 realizado pelo MADER;
- Relatórios da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar e Nutricional (IPC) e de análise de indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional da Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional de agregados familiares deslocados e acolhedores realizada pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) e Programa Mundial de Alimentação, em Cabo Delgado de Outubro de 2020 a Fevereiro de 2021;
- Avaliação de SAN por telefonia móvel (mVAM) de distritos do Centro e Norte afectados pelo Ciclone Eloise, realizada pelo PMA em Junho-Agosto 2021;
- Quadros de assistência humanitária do Cluster de Segurança Alimentar (Food Security Cluster-FSC) e Programa Mundial da Alimentação;
- Registos de número de deslocados até Outubro de 2021 das delegações provinciais do Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos de Desastres;
- Registos de número de deslocados até Outubro de 2021 da Matriz de Registo de Deslocados (Dis-

placement Tracking Matrix- DTM) da Organização Internacional para as Migrações (OIM);
- Plano Anual de Contingências para a época chuvosa e ciclónica 2021/2022;
- Relatório do IOF (Inquérito ao Orçamento Familiar) 2019/2020
- Censo da População 2017 e projecções para2021 e 2022 Instituto Nacional de Estatística (INE).

2.5 Formação dos Supervisores e Inquiridores

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), em parceria com o Programa Mundial para Alimentação (PMA) e a FEWSNET, participaram no processo de formação dos Supervisores a nível central e de Inquiridores a nível provincial que teve lugar nos meses de Agosto e Setembro de 2021, para garantir a fidelidade dos conteúdos ministrados, bem como da qualidade dos dados recolhidos, a formação foi presencial, observando as normas de prevenção no contexto da Pandemia da COVID-19.

2.6 Recolha de Dados

O processo de recolha de dados foi presencial para permitir a observação da situação no terreno e teve uma duração de 16 dias (5 dias nas áreas urbanas e 11 dias nas áreas rurais).

2.7 Instrumento de Recolha de Dados

O instrumento aplicado para a recolha de dados aos agregados familiares foi o questionário, aprovado pelo Grupo Téncico de Análise de Vulnerabilidade, um grupo multisectorial instituido no pais e na região para a validação de matérias relacionadas à vulnerabilidade em Segurança Alimentar e Nutricional. A previsão da duração das entrevistas foi de cerca de 25 minutos. Como recurso tecnológico, foram usados tablets, com o questionario inserido. Note-se contudo que o questionário em excel, foi convertido para versão Open Data Kit (ODK), para o registo das respostas dos entrevistados. Os questionários preenchidos foram gravados e enviados para a base de dados do SETSAN, MODA no cloud (nuvem).

O questionário incluia perguntas com o sguinte perfil :
- **Dados Sociodemográficos** - faixa etária, sexo e composição do agregado familiar;
- **Dados sócio económicos** – Bem-estar dos Agregados familiares, Formas de Vida, Posse de bens, fontes de rendimento, despesas em alimentos e despesas não alimentares.
- **Disponibilidade alimentar** – Estimativas de colheitas, pelo menos de cereais, reservas alimentares, número de refeições por dia, fonte de água para consumo e fonte de alimentos (produção própria, compras, remessas, ofertas e ajuda alimentar);
- **Acesso aos alimentos** – Preço dos alimentos e cesta básica, disponibilidade de alimentos no mercado, transitabilidade das vias de acesso, mercados e preços;
- **Diversificação da dieta mínima** – Em mulheres em idade reprodutiva.
- **Uso e Utilização dos alimentos** – Qualidade da dieta, taxa de cobertura de abastecimento de água, taxa de população com acesso a água, tipo de tratamento da água para o consumo, taxa de AFs com acesso a latrinas melhoradas, uso de latrinas, fontes de iluminação, combustível para cozinha e alimentos consumidos;

- **Estabilidade** – duração das reservas alimentares nos Agregados Familiares (AFs) e estratégias de sobrevivência, resiliência, exposição e resposta aos riscos e desastres naturais, incluir pragas e humanos (deslocados), ambiente e mudanças climáticas.

2.8 Fases da Classificação Integrada da Insegurança Alimentar (IPC)

O quadro abaixo descreve as 5 Fases da Insegurança Alimentar e Nutricional e o tipo de intervenções definidas para as diferentes.

Tabela-2: Descrição das Fases de Classificação Integrada de Insegurança Alimentar (IPC)

Fase 1 Nenhuma/ Mínima	Fase 2 Estresse	Fase 3 Crise	Fase 4 Emergência	Fase 5 Catástrofe Fome
As famílias são capazes de satisfazer as necessidades alimentares e não alimentares essenciais, sem se envolverem em estratégias atípicas e insustentáveis para terem acesso a alimentos e ao rendimento.	As famílias têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas são incapazes de custear algumas despesas não alimentares essenciais sem se envolverem em estratégias de adaptação de estresse.	As famílias ou: • registam défices no consumo alimentar que se reflectem na desnutrição aguda acima do habitual; **ou** • conseguem satisfazer, de uma forma marginal, as necessidades alimentares mínimas, mas apenas mediante o esgotamento dos bens de sustento essenciais ou através da adopção de estratégias de adaptaçã de crise.	As famílias ou: • registam grandes défices no consumo alimentar que se reflectem em altos níveis de desnutrição e taxas de mortalidade excessivas; **ou** • conseguem aliviar os grandes défices alimentares, mas apenas mediante o emprego de estratégias de subsistência de emergência e a venda de activos.	As famílias sofrem uma extrema falta de alimentos e/ou de outras necessidades básicas, mesmo depois de adopção plena de estratégias de adaptação. A fome, a morte, a miséria e os níveis de desnutrição aguda extremamente críticos são evidentes. (Para atribuir a classificação de situação de Fome, a região deve registar níveis extremamente críticos de desnutrição aguda e mortalidade).

3. ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados a nível do agregado familiar seguiu os seguintes passos:

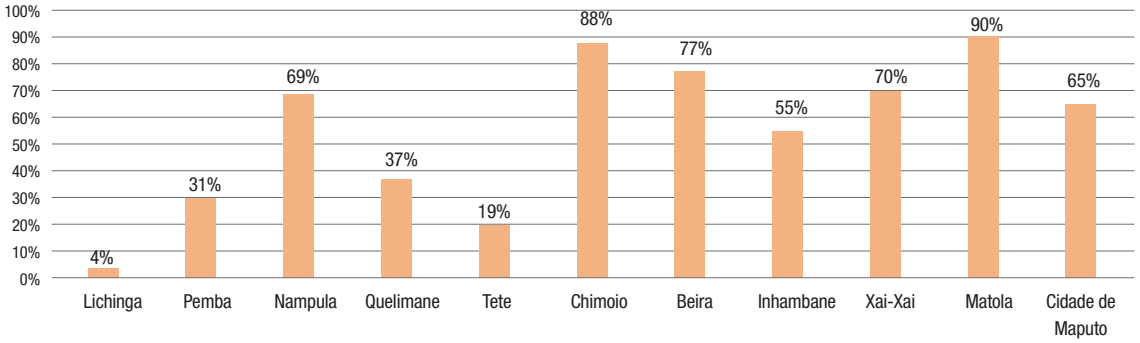
- Análise de choques que influenciaram o estado da Segurança Alimentar;
- Análise sobre fontes de rendimento;
- Análise sobre acesso à fonte de água segura;
- Análise sobre a posse de reservas alimentares;
- Análise da duração de reservas de cereais;
- Análise do Índice de Consumo Alimentar;

3.1 Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar Aguda no Agregado Familiar em 2021 – Áreas Urbanas

Os choques recorrentes no País acontecem na estacão chuvosa: de Novembro a Marco, onde estima-se que na próxima época chuvosa, (de Novembro 2021 a Março de 2022), aproximadamente 481 mil pessoas em 11 cidades capitais, serão afectadas por choques e em situação de Insegurança Alimentar Aguda de Crise (IPC fase 3), caso não haja pronta intervenção, os vários choques incluem: a ocorrência de ciclones e ventos fortes nas cidades de Chimoio e Beira, a irregularidade das chuvas nas cidades de Nampula, Tete, Inhambane e Xai-Xai, o aumento de preços de alimentos nas cidades de Pemba, Matola e Maputo, o impacto da Pandemia COVID-19 em todas as cidades avaliadas e acções de terrorismo em Cabo Delgado.

De acordo com os dados da presente avaliação, (Setembro de 2020 a Outubro de 2021), a cidade da Matola apresentou a maior percentagem (90%) de agregados familiares que sofreu algum choque natural, social ou económico, seguido das cidades de Chimoio (88%), Beira (77%) e Xai-Xai (70%). As cidades de Lichinga e Tete foram as que apresentaram menor percentagem de agregados familiares que sofreu choques (4% e 19%) respectivamente. vide Gráfico-1.

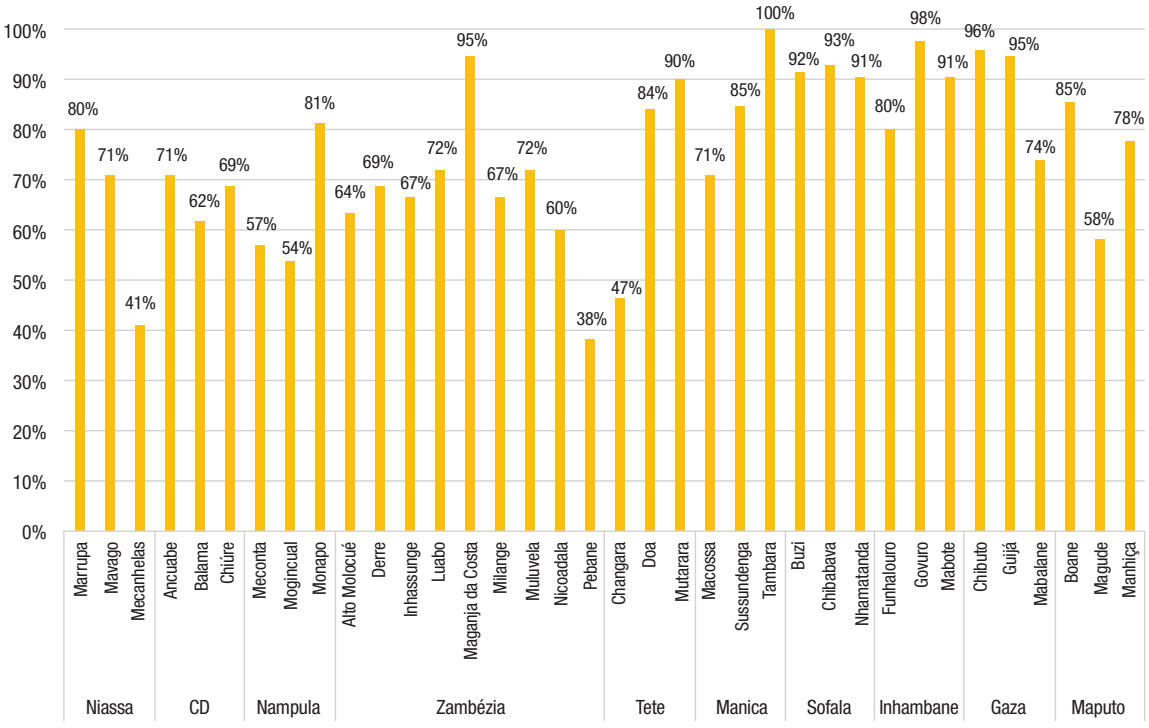
Gráfico-1: Percentagem de Agregados Familiares (AFs) das cidades capitais que sofreu choques nos últimos 12 meses



3.2 Choques que Influenciaram o Estado da Segurança Alimentar no Agregado Familiar em 2021 – Áreas Rurais

Segundo o Gráfico-2 abaixo, a maioria dos Agregados Familiares (AFs) inquiridos nos distritos rurais avaliados, reportaram ter sofrido choques/desastres entre Setembro de 2020 a Outubro de 2021. Nos distritos de Pebane, Mecanhelas e Changara a percentagem de Agregados Familiares (AFs) que sofreram choques é inferior a 50%. A seca e a irregularidade de chuvas foram os principais choques reportados pelos Agregados Familiares (AFs).

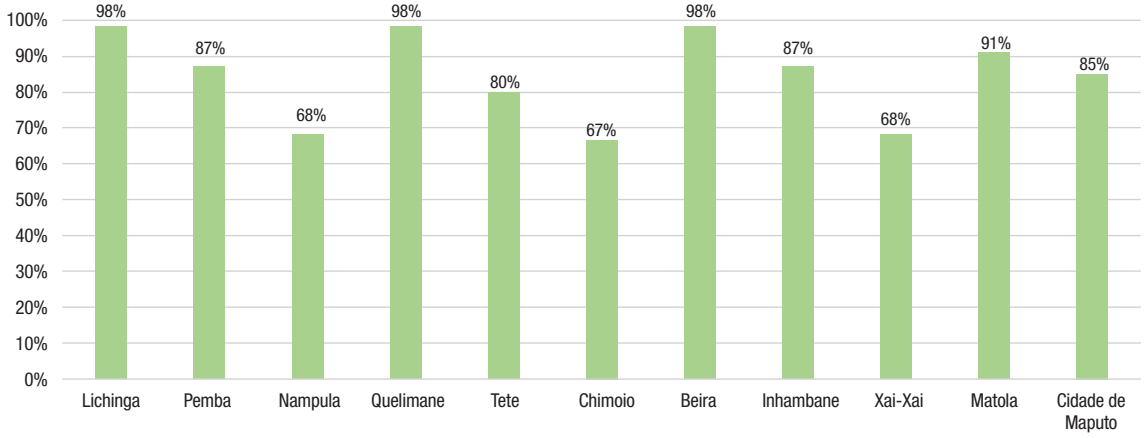
Gráfico-2: Percentagem de Agregados Familiares (AFs) dos distritos rurais analisados que sofreu choques nos últimos 12 meses



3.2 Fontes de Rendimento dos Agregados Familiares em 2021 – Áreas Urbanas

De acordo com o Gráfico-3 sobre fontes de rendimento, a maior parte dos agregados familiares inquiridos possuía alguma fonte de rendimento, com destaque para as Cidades de Lichinga, Quelimane e Beira. Nas cidades de Chimoio, Nampula e Xai-Xai mais de 30% dos agregados familiares não possuía alguma fonte de rendimento. Alguns perderam as suas fontes de rendimento devido a vários factores, sobretudo aos efeitos dos ciclones, seca ou irregularidade das chuvas e efeitos da Pandemia da COVID-19, principalmente nos agregados familiares mais vulneráveis.

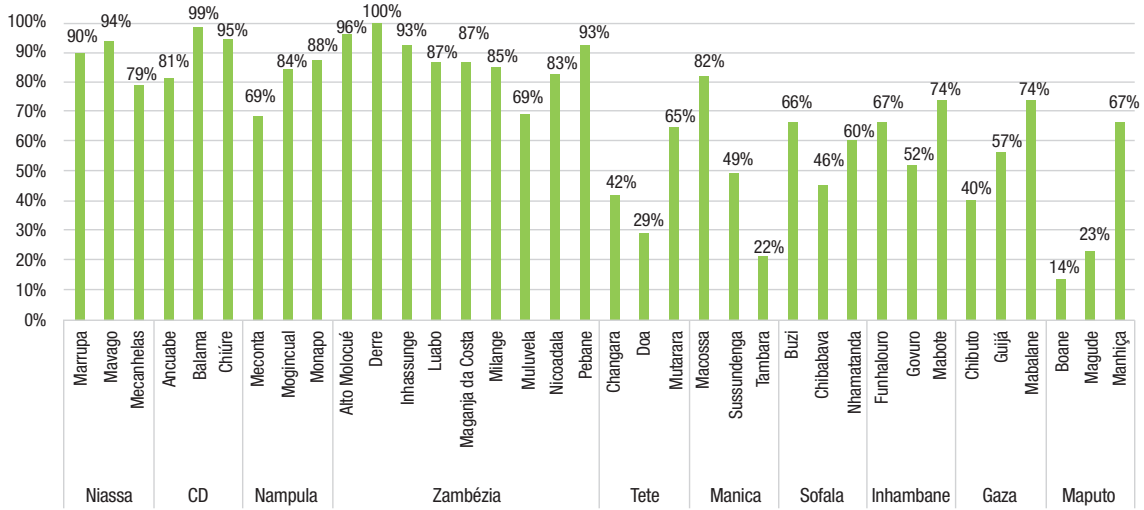
Gráfico-3: Percentagem de Agregados Familiares das cidades capitais com alguma fonte de rendimento



3.3 Posse de Reservas Alimentares nos Agregados Familiares em 2021– Área Rural

Segundo os dados da avaliação pós-colheita 2021, os distritos de Boane e Magude (Maputo Província), Tambara (Manica) e Doa (Tete) apresentaram menor percentagem (<30%) de agregados familiares com reservas alimentares. Vide Gráfico-4.

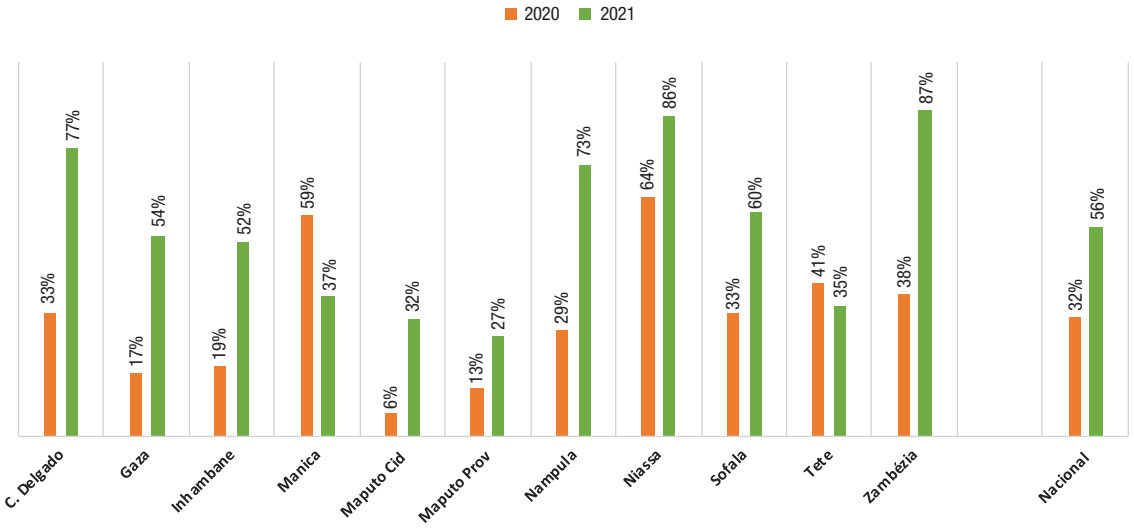
Gráfico-4: Percentagem de Agregados Familiares dos distritos rurais analisados, por província, com reservas alimentares em Setembro-Outubro de 2021



3.4 Comparação das Reservas Alimentares nos Agregados Familiares de 2021 em relação a 2020

O Gráfico-5 abaixo, mostra a média percentual do aumento da reserva alimentar dos Agregados Familiares AFs, no presente ano 2021, em comparação com o ano passado 2020, com destaque para as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia, com mais de 70% de Agregados Familiares com reservas alimentares na altura do inquérito. Interessante foi constatar que apesar da situação, em Cabo Delgado, as famílias relataram possuir reservas alimentares.

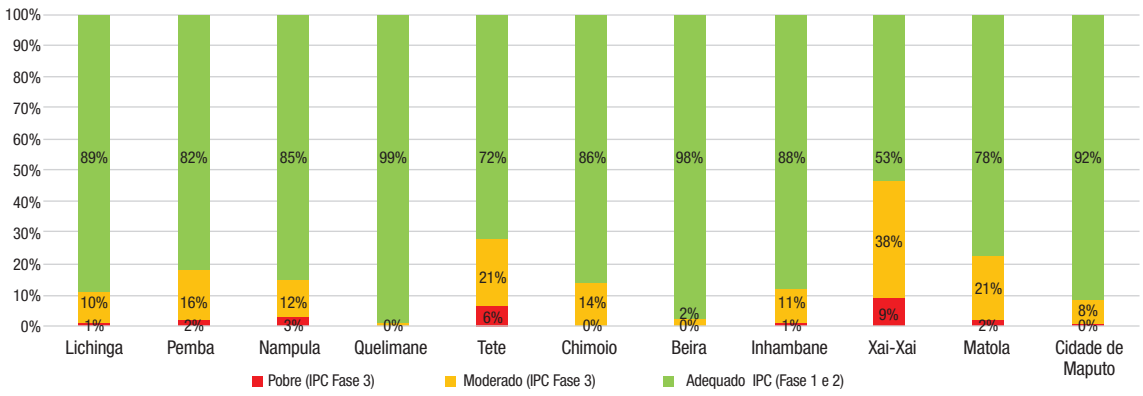
Tabela-5: Média Percentual de Agregados Familiares com Reservas



3.5 Índice do Consumo Alimentar dos Agregados Familiares em 2021 – Áreas Urbanas

No que respeita ao consumo alimentar dos agregados familiares dos distritos urbanos avaliados, mais de 80% dos agregados familiares entrevistados apresentou um consumo alimentar adequado, com uma dieta semanal de mais de 4 grupos de alimentos compostos por: cereais, proteínas, frutas e verduras, com excepção das cidades de Xa-Xai, Tete e Matola que apresentaram mais de 20% de agregados familiares com consumo alimentar moderado e uma dieta alimentar semanal variando entre 2 a 4 grupos de alimentos, indicativo de situação de Insegurança Alimentar Aguda. (vide Gráfico-6).

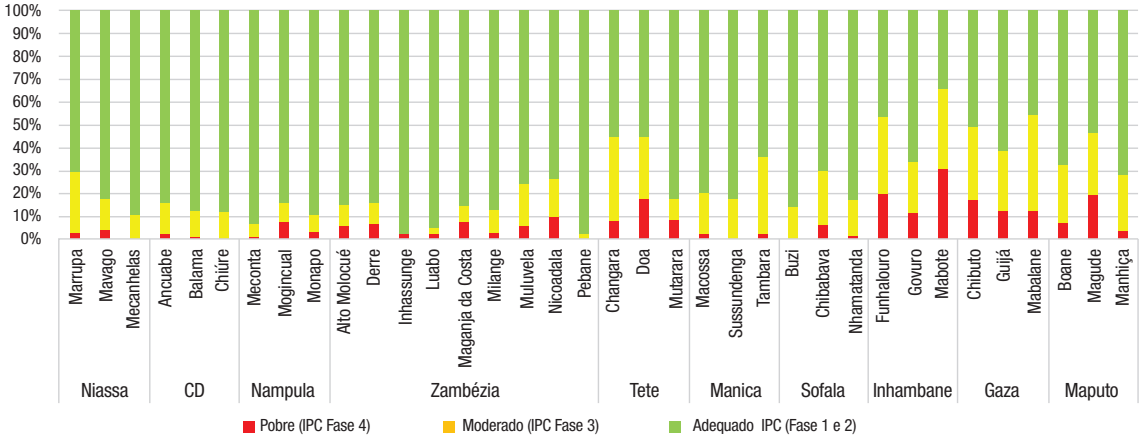
Tabela-6: Percentagem de Agregados Familiares das cidades capitais com diferentes níveis de Pontuação de Consumo Alimentar (FCS)



3.6 Índice do Consumo Alimentar dos Agregados Familiares em 2021 – Áreas Rural

O consumo alimentar, em termos de frequência e diversidade de alimentos, de acordo com o Gráfico-7 a seguir, melhorou na maior parte dos distritos visitados nos últimos meses. Comparando com os dados do inquérito de 2020, mais de 50% de agregados familiares apresentou um consumo adequado ou aceitável, com excepção dos distritos de Mabote, Funhalouro, Govuro, Magude, Mabalane e Doa que apresentaram uma pontuação de consumo alimentar pobre.

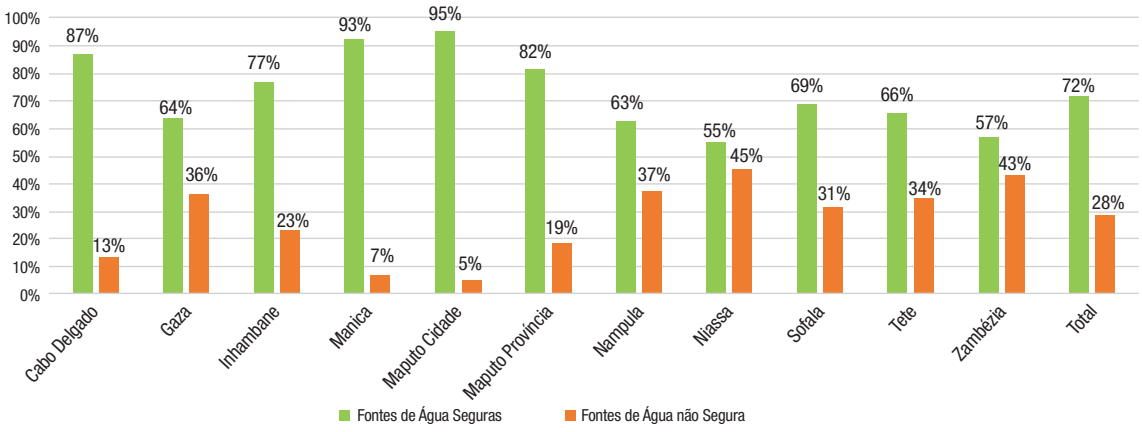
Tabela-7: Percentagem de Agregados Familiares dos distritos rurais analisados, por província, com diferentes níveis de Pontuação de Consumo Alimentar (FCS)



3.7 Percentagem de Agregados Familiares que usa Água de Fontes Seguras em 2021

Em geral, o sistema de abastecimento de água potável no País melhorou de forma notável, com base no Gráfico-8 abaixo, a maioria dos Agregados Familiares dos distritos avaliados, afirmaram consumir água de fontes seguraras, com excepção da Província de Niassa que apresentou uma percentagem menor ou igual a 55% de Agregados Familiares que consome água de fontes seguras.

Tabela-8: Percentagem de Agregados Familiares que usam Água de Fontes Seguras

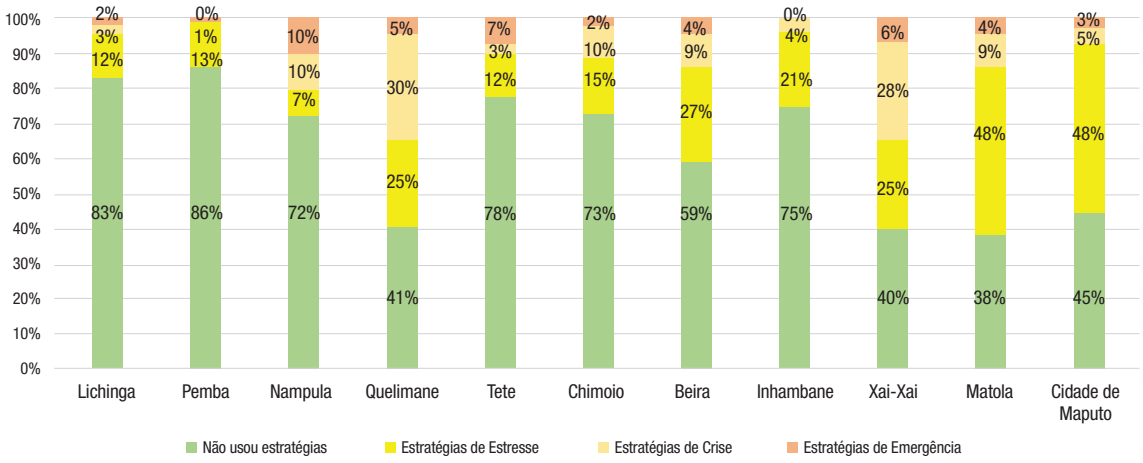


3.8 Estratégias de Sobrevivência em 2021 – Área Urbana

Os agregados familiares afectados por choques, tendo-lhes faltado, comida ou dinheiro suficiente para comprar alimentos afim de suprir o défice no consumo alimentar, adoptaram as seguintes estratégias de sobrevivência relacionadas ao consumo de alimentos: (i) reduzir o número de refeições consumidas por dia; (ii) comprar alimentos mais baratos ou menos preferidos pela maioria, (iii) pedir emprestado alimentos/ajuda de amigos/familiares, (iv) diminuir quantidades nas refeições, reduzir o consumo de adultos para as crianças puderem comerem.

No que se refere às estratégias de sobrevivência relacionados com formas de vida usadas por agregados familiares (assolados por choques) nos últimos 30 dias antes de serem entrevistados, as cidades de Nampula, Tete, Xai-Xai e Quelimane, tiveram maior percentagem de agregados familiares que usou estratégias de emergência ou de crise (vide Gráfico-9) que incluem: (i) reduzir despesas,(ii)vender bens produtivos, (iii) tirar as crianças da escola, (iv)consumir sementes ou produtos verdes, (iv)migrar da sua cidade ou bairro, (v)pedir dinheiro emprestado, (vi)gastar as reservas ou economias, (vii)pedir comida emprestado ou comprar comida a crédito, (viii)vender mais animais do que o normal, (xi)vender últimos animais fêmeas, de saúde e educação, colher culturas verdes ainda em campo e (xi)aumentar consumo de alimentos silvestres.

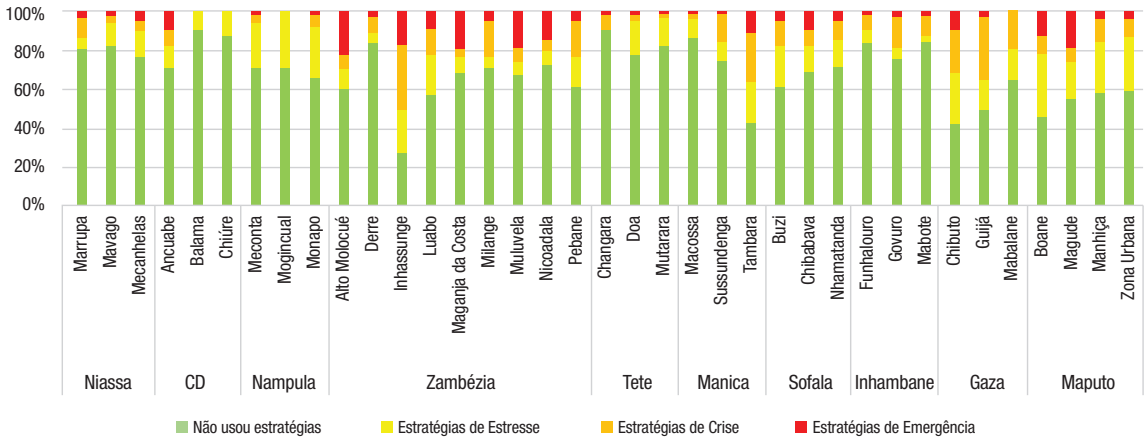
Tabela-9: Percentagem de Agregados Familiares das cidades capitais que usou Estratégias de Sobrevivência relacionadas com formas de vida



3.9 Estratégias de Sobrevivência relacionadas aos meios de Subsistência em 2021 – Área Urbana

Quanto às Estratégias de Sobrevivência, relacionados com formas de vida, segundo o Gráfico-10 a seguir, observou-se que mais de 50% dos Agregados familiares (AFs) dos distritos de Inhassunge (Zambézia), Tambara (Manica), Chibuto e Guijá (Gaza) e Boane (Maputo), usou estratégias de Crise e de Emergência. Analisando apenas as estratégias de Emergência, destacam-se os distritos rurais de Alto Molocué, Inhassunge, Luabo, Mulevala e Nicoadala (Zambézia), Tambara (Manica), Boane e Magude (Maputo), mas que foram usadas por um máximo de 20% dos Agregados familiares (AFs) entrevistados.

Tabela-10: Percentagem de Agregados Familiares dos distritos rurais analisados, por província, que usou Estratégias de Sobrevivência relacionadas com formas de vida



4. RESULTADOS

4.1 Situação de Insegurança Alimentar Aguda (Novembro de 2021 – Março 2022)

Estima-se que de Novembro de 2021 – Março de 2022, existem cerca de 1.857.642 pessoas enfrentando altos níveis de insegurança alimentar aguda (IPC Fases 3 ou 4), dos quais cerca de 39.208 pessoas classificadas em Emergência (IPC Fase 4) e 1.818.424 pessoas classificadas em Crise (IPC Fase 3) em todo o País (Tabela-2, 3, 4 e Mapa-2 a seguir).

Tabela-2: Insegurança Alimentar Actual **(Novembro 2021 - Março 2022)**

5ª Fase	0 Pessoas em Situação de Catástrofe
4ª Fase	39.208 Pessoas em Situação de Emergência
3ª Fase	1.818.432 Pessoas em Situação de Crise
2ª Fase	6.111.531 Pessoas em Situação de Estresse
1ª Fase	6.434.228 Pessoas em Segurança Alimentar

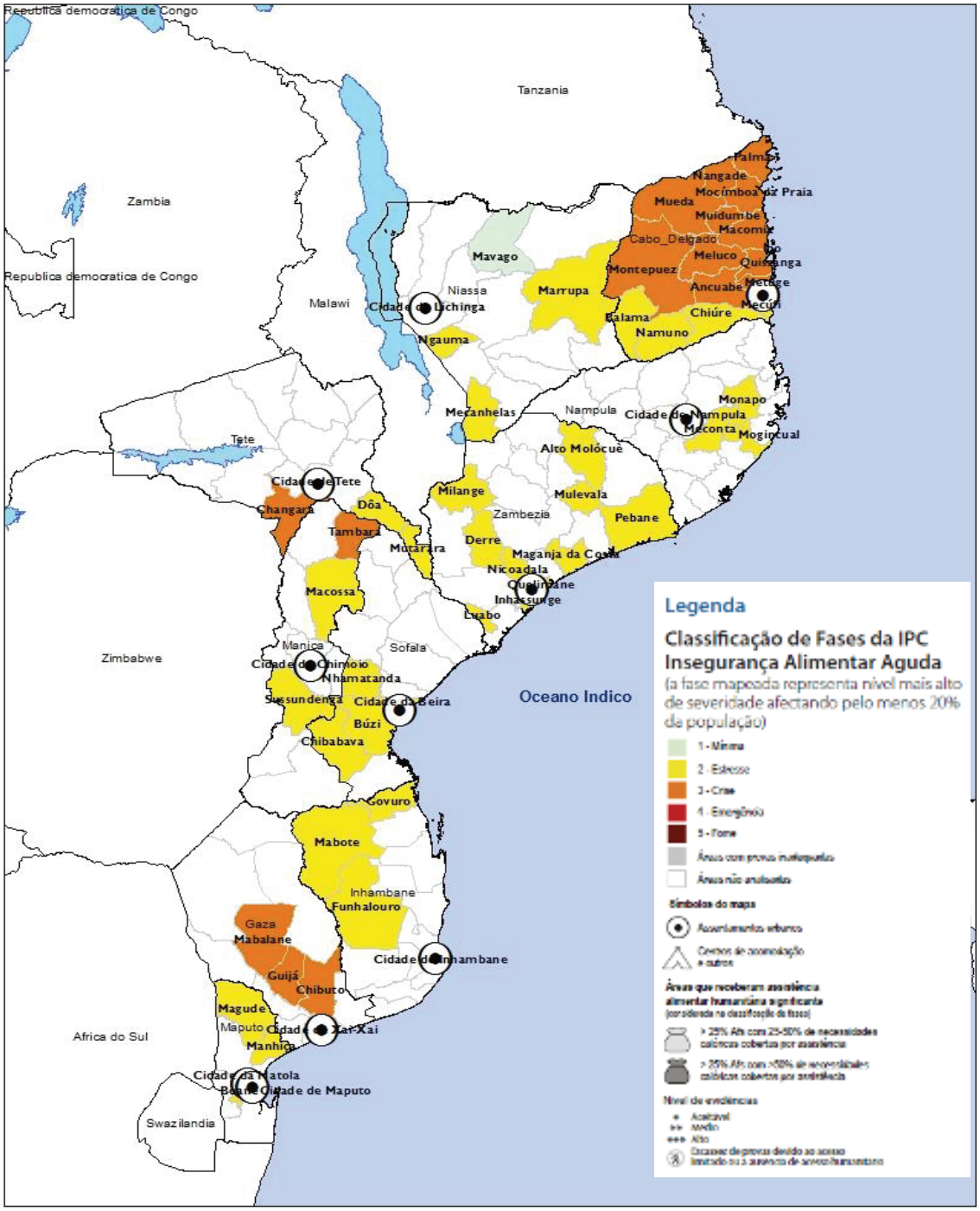
Tabela- 3: Número de Pessoas em Insegurança Alimentar Aguda no Período Actual (Novembro 2021 – Março 2022) nas Áreas Urbanas

Cidades/Areas Urbanas	População Total	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase da	Fase 3+	
		#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	Area	#Pessoas	%
Cidade de Lichinga	266,706	133,353	50	120,018	45	13,335	5	-	-	-	-	2	13,335	5
Cidade de Pemba	299,257	59,851	20	74,814	25	164,591	55	-	-	-	-	3	164,591	55
Cidade de Nampula	957,596	383,038	40	478,798	50	47,880	5	-	-	-	-	2	47,880	5
Cidade de Quelimane	410,629	184,783	45	205,315	50	20,531	5	-	-	-	-	2	20,531	5
Cidade da Beira	719,806	503,864	70	179,952	25	35,990	5	-	-	-	-	2	35,990	5
Cidade de Tete	475,328	237,664	50	190,131	40	47,533	10	-	-	-	-	2	47,533	10
Cidade de Chimoio	476,957	190,783	40	238,479	50	47,696	10	-	-	-	-	2	47,696	10
Cidade de Inhambane	82,119	24,636	30	49,271	60	8,212	10	-	-	-	-	2	8,212	10
Cidade de Xai-Xai	157,188	55,016	35	78,594	50	23,578	15	-	-	-	-	2	23,578	15
Cidade da Matola	1,293,291	581,981	45	698,377	54	12,933	1	-	-	-	-	2	12,933	1
C. Maputo (Kamavota)	338,296	152,233	45	169,148	50	16,915	5	-	-	-	-	2	16,915	5
C. Maputo (Kamaxaquene)	202,463	80,985	40	101,232	50	20,246	10	-	-	-	-	2	20,246	10
C. Maputo (Kamubukuana)	331,245	149,060	45	165,623	50	16,562	5	-	-	-	-	2	16,562	5
C. Maputo (Katembe)	30,125	12,050	40	13,556	45	4,519	15	-	-	-	-	2	4,519	15
Total Urbano	**6,041,006**	**2,749,297**	**43**	**2,763,308**	**46**	**480,521**	**11**	**-**	**-**	**-**	**-**		**480,521**	**11**

Tabela-4: Pessoas em Insegurança Alimentar Aguda para o período actual (Novembro de 2021 – Março de 2022)

Provincia	Distritos/Rural	População Total Analisada	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase da	Fase 3+	
			#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	Area	#Pessoas	%
Niassa	Marrupa	96,733	48,367	50	38,693	40	9,673	10	-	-	-	-	2	9,673	10
	Mavago	36,660	31,161	85	3,666	10	1,833	5	-	-	-	-	1	1,833	5
	Mecanhelas	331,239	264,991	80	49,686	15	16,562	5	-	-	-	-	2	16,562	5
	Ngauma	117,357	58,679	50	46,943	40	11,736	10	-	-	-	-	2	11,736	10
	Sub total	581,989	403,198	66	138,988	26	39,804	8	-	-	-	-		39,804	8
Cabo Delgado	Ancuabe	245,078	73,523	30	85,777	35	85,777	35	-	-	-	-	3	85,777	35
	Balama	221,589	110,795	50	88,636	40	22,159	10	-	-	-	-	2	22,159	10
	Chiure	394,718	157,887	40	177,623	45	59,208	15	-	-	-	-	2	59,208	15
	Ibo	46,130	4,613	10	4,613	10	36,904	80	-	-	-	-	3	36,904	80
	Macomia	30,029	10,510	35	13,513	45	6,006	20	-	-	-	-	3	6,006	20
	Mecúfi	76,711	38,356	50	30,684	40	7,671	10	-	-	-	-	2	7,671	10
	Meluco	41,711	16,684	40	16,684	40	8,342	20	-	-	-	-	3	8,342	20
	Metuge	230,909	34,636	15	34,636	15	161,636	70	-	-	-	-	3	161,636	70
	Mocimboa da praia	7,594	759	10	759	10	6,075	80	-	-	-	-	3	6,075	80
	Montepuez	314,199	125,680	40	125,680	40	62,840	20	-	-	-	-	3	62,840	20
	Mueda	291,677	43,752	15	58,335	20	175,006	60	14,584	5	-	-	3	189,590	65
	Muidumbe	19,994	7,998	40	7,998	40	3,999	20	-	-	-	-	3	3,999	20
	Namuno	289,243	144,622	50	130,159	45	14,462	5	-	-	-	-	2	14,462	5
	Nangade	129,295	25,859	20	25,859	20	71,112	55	6,465	5	-	-	3	77,577	60
	Palma	19,687	984	5	984	5	14,765	75	1,969	10	-	-	3	16,734	85
	Quissanga	10,707	1,071	10	1,071	10	8,030	75	535	5	-	-	3	8,565	80
	Sub total	2,369,271	797,729	29	803,011	29	743,992	41	23,553	25	-	-		767,545	42
Nampula	Meconta	263,945	118,775	45	118,775	45	26,395	10	-	-	-	-	2	26,395	10
	Mogincual	112,760	62,018	55	39,466	35	11,276	10	-	-	-	-	2	11,276	10
	Monapo	462,989	162,046	35	254,644	55	46,299	10	-	-	-	-	2	46,299	10
	Sub total	839,694	342,839	45	412,885	45	83,970	10	-	-	-	-		83,970	10
Zambezia	Alto molocue	404,252	202,126	50	181,913	45	20,213	5	-	-	-	-	2	20,213	5
	Derre	127,899	63,950	50	51,160	40	12,790	10	-	-	-	-	2	12,790	10
	Inhassunge	104,897	41,959	40	47,204	45	15,735	15	-	-	-	-	2	15,735	15
	Luabo	68,069	27,228	40	30,631	45	10,210	15	-	-	-	-	2	10,210	15
	Maganja da costa	169,584	84,792	50	59,354	35	25,438	15	-	-	-	-	2	25,438	15
	Milange	696,056	348,028	50	313,225	45	34,803	5	-	-	-	-	2	34,803	5
	Mulevala	123,277	36,983	30	67,802	55	18,492	15	-	-	-	-	2	18,492	15
	Nicoadala	217,965	87,186	40	108,983	50	21,797	10	-	-	-	-	2	21,797	10
	Pebane	240,493	96,197	40	120,247	50	24,049	10	-	-	-	-	2	24,049	10
	Sub total	2,152,492	988,449	43	980,519	46	183,527	11	-	-	-	-		183,527	11
Sofala	Búzi	206,923	113,808	55	62,077	30	20,692	10	-	-	-	-	2	20,692	10
	Chibabava	156,926	70,617	45	70,617	45	15,693	10	-	-	-	-	2	15,693	10
	Nhamatanda	326,851	196,111	60	114,398	35	16,343	5	-	-	-	-	2	16,343	5
	Sub total	690,700	380,536	53	247,092	37	52,728	8	-	-	-	-		52,728	8
Manica	Macossa	53,271	21,308	40	23,972	45	7,991	15	-	-	-	-	2	7,991	15
	Sussundenga	200,164	100,082	50	80,066	40	20,016	10	-	-	-	-	2	20,016	10
	Tambara	61,774	30,887	50	18,532	30	12,355	20	-	-	-	-	3	12,355	20
	Sub total	315,209	152,277	47	122,570	38	40,362	15	-	-	-	-		40,362	15
Tete	Doa	98,281	44,226	45	39,312	40	14,742	15	-	-	-	-	2	14,742	15
	Mutarara	198,619	99,310	50	79,448	40	19,862	10	-	-	-	-	2	19,862	10
	Changara	138,911	55,564	40	55,564	40	27,782	20	-	-	-	-	3	27,782	20
	Sub total	435,811	199,100	45	174,324	40	62,386	15	-	-	-	-		62,386	15
Inhambane	Funhalouro	45,242	15,835	35	22,621	50	4,524	10	2,262	5	-	-	2	6,786	15
	Govuro	36,975	14,790	40	16,639	45	5,546	15	-	-	-	-	2	5,546	15
	Mabote	52,319	15,696	30	28,775	55	7,848	15	-	-	-	-	2	7,848	15
	Sub total	134,536	46,321	35	68,035	50	17,918	13	2,262	5	-	-		20,180	15
Gaza	Chibuto	228,401	57,100	25	68,520	30	34,260	15	11,420	5	-	-	3	45,680	20
	Guija	92,634	37,054	40	37,054	40	18,527	20	-	-	-	-	3	18,527	20
	Mabalane	39,462	9,866	25	17,758	45	9,866	25	1,973	5	-	-	3	11,839	30
	Sub total	360,497	104,020	30	123,332	38	62,653	20	13,393	10	-	-		76,046	23
Maputo Provincia	Boane	263,601	118,620	45	131,801	50	13,180	5	-	-	-	-	2	13,180	5
	Magude	78,038	23,411	30	42,921	55	11,706	15	-	-	-	-	2	11,706	15
	Manhiça	256,865	128,433	50	102,746	40	25,687	10	-	-	-	-	2	25,687	10
	Sub total	598,504	270,464	42	277,468	48	50,573	10	-	-	-	-		50,573	10
	Total Nacional	**8,478,703**	3,684,933	44	3,348,224	40	1,337,913	15	39,208	4	-	-	-	1,377,121	16

Mapa-2: Situação Actual da Insegurança Alimentar Aguda (Novembro de 2021 – Março de 2022)



4.2 Impacto da Assistência Alimentar Humanitária em 2021

Nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, estão estimados cerca de 893.992 deslocados (registo das delegações provinciais do Instituto Nacional de Gestão de Riscos e Desastres de Outubro a Novembro de 2021) em 63 do total de 78 distritos (92% em Cabo Delgado, 8% em Nampula, 0,25% em Zambézia e 0,18% em Niassa), em números que variam de menos de 10 pessoas a mais de 100.000 pessoas num distrito (Pemba com 153.280 deslocados, 150.811 em Mueda e 149.838 em Metuge). Contudo, a maioria dos deslocados e famílias acolhedoras está em Cabo Delgado (819.502 deslocados e 260.833 pessoas dos acolhedores), vide a Tabela-5 abaixo.

Tabela-5: Número de Deslocados e Acolhedores no País até ao dia 21 de Outubro de 2021

Província	Deslocados em centros	Deslocados em Agregados Familiares (AFs) acolhedores	**TOTAL Deslocados**	Deslocados da Província/ TOTAL deslocados	**Pessoas dos AFs acolhedores (38%)**	Pessoas de acolhedores da província/ total de pessoas de acolhedores	***IPC F3+ (até Março 2022)***
C.Delgado	133.099	686.403	**819.502**	92%	**260.833**	91%	***932.138***
Nampula	7.511	63.162	**70.673**	8%	**24.002**	8%	***131.849***
Niassa	299	1.896	**2.195**	0.25%	**720**	0.25%	***53.139***
Zambézia	587	1.035	**1.622**	0.18%	**393**	0.14%	***204.057***
TOTAL	**141.496**	**752.496**	**893.992**		**285.948**		***1.321.183***
			48%				***71%***
País IPC3+							***1.857.640***

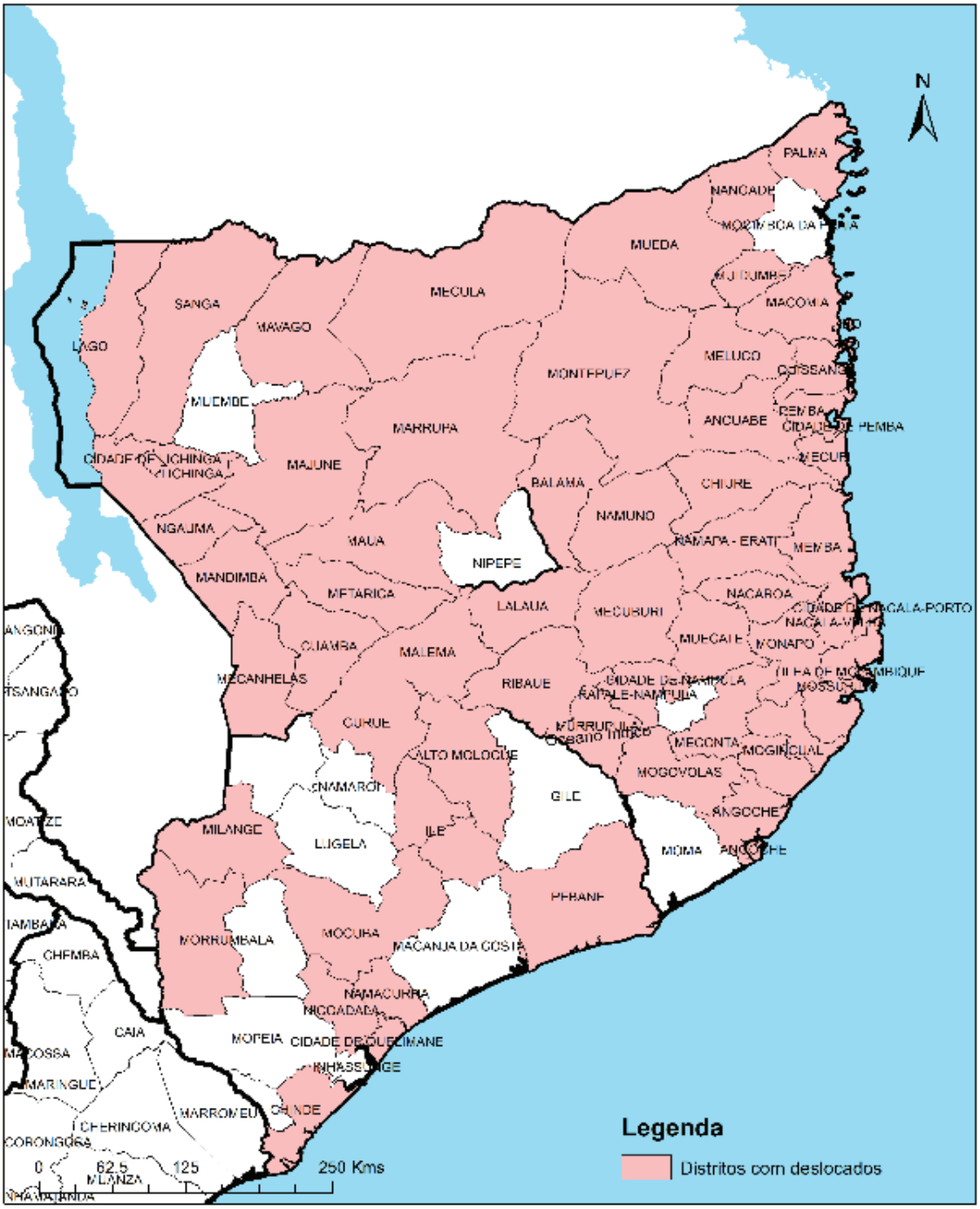
Fonte: Grupo Técnico do IPC de Moçambique com base nos dados do INGDs

A Assistência Alimentar Humanitária, em Cabo Delgado e Nampula cerca de 951.000 pessoas assistidas em Setembro 2021. Esta assistência alimentar, foi providenciada por parceiros membros do Cluster de Segurança Alimentar, que coordenam e regista as intervenções para segurança alimentar. Do total de 951.000 pessoas, 925.000 pessoas (97%), foram assistidas pelo Programa Mundial para a Alimentação, com um kit alimentar equivalente a 39% das quilocalorias diárias para os meses de Setembro e Outubro de 2021. Contudo, em Outubro de 2021, outros três membros do Cluster de Segurança Alimentar, forneceram assistência alimentar a mais 28.000 pessoas, (vide o Mapa-3 de distritos com deslocados a seguir).

Importa referir que, os kits do Programa Mundial da Alimentação, continuará em Novembro e Dezembro 2021 para uma assistência de cerca de 945.000 pessoas. Portanto, o PMA prevê assistir mensalmente, cerca de 935.000 deslocados e agregados familiares acolhedores em Cabo Delgado, Niassa e Nampula, entre os meses de Janeiro a Março de 2022, com ração completa (78% quilocalorias diárias) e, caso não receba recursos adicionais, o apoio alimentar do PMA será interrompida em Abril de 2022.

Para melhor identificação das pessoas que mais necessitam de assistência alimentar, está em curso desde Outubro 2021, o exercício de selecção baseada na vulnerabilidade dos agregados familiares em Cabo Delgado, com resultados preliminares esperados em Fevereiro 2022.

MAPA-3: Distritos com deslocados de acções de terrorismo em cabo delgado (Novembro de 2021)



5. PROJECÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA (Abril - Setembro de 2022)

5.2 Principais Pressupostos para o Período da Projecção

As previsões disponíveis através do Instituto Nacional de Meteorologia, indicam uma precipitação média a acima da média em grande parte de Moçambique entre Outubro de 2021 e Março de 2022, impulsionada pelas fracas condições de La Niña de Agosto de 2021 a Março de 2022. Contudo, prevê-se também cerca de 4 a 6 ciclones tropicais neste período.

Na campanha agrária 2021/2022, espera-se uma boa colheita das principais culturas, com base nas previsões de precipitação que beneficiam a agricultura, principalmente para o mês de Março de 2022. A disponibilidade de alimentos silvestres também estará acima da média devido às condições agro-climatéricas favoráveis. A disponibilidade de alimentos verdes poderá ser oportuna e próxima do normal em todo o País.

Portanto os preços do milho poderão permanecer semelhantes aos do ano passado e até ligeiramente mais baixos do que os do ano anterior, a partir de Janeiro de 2022, impulsionados por colheitas médias a acima da média.

Quanto aos preços do milho no mercado nacional de referência de Manica, poderão aumentar gradualmente, com o seu pico em Janeiro/Fevereiro de 2022. Contudo, poderão permanecer próximos da média em Outubro e Novembro 2021 e acima da média de Dezembro de 2021 a Maio de 2022.
Portanto os preços do milho poderão permanecer semelhantes aos do ano passado e até ligeiramente mais baixos do que os do ano anterior, a partir de Janeiro de 2022, impulsionados por colheitas médias a acima da média.

Os preços da farinha de milho e do arroz poderão permanecer estáveis ao longo do período em análise.

A estação chuvosa média a acima da média de 2021/22, poderá melhorar as condições de pasto, melhorando, por conseguinte, de uma forma gradual as condições físicas do gado, onde os preços do gado podão permanecer próximos da média de cinco anos.

O abastecimento nacional de água poderá ser médio a acima da média, sustentado pelas chuvas da época 2020/21 e a prevista precipitação média a acima da média em 2021/22.

A probabilidade de ocorrência de cheias durante o período do cenário é média a acima da média, particularmente de Fevereiro a Março de 2022. As bacias hidrográficas com risco moderado a alto de cheias, incluem Maputo, Umbelúzi, Incomati, Limpopo, Búzi, Púnguè, Savane e Licungo.

As acções de terroristas em Cabo Delgado diminuíram desde Julho de 2021, tanto em termos de frequência como do número de vítimas registadas.

Para o período de Projecção (Abril a Setembro 2022) considerou-se o total de 1.443.380 pessoas classificadas nas Fases de Crise e Emergência (IPC Fases 3 ou 4), significando uma redução de 414.262 pessoas em relação ao período actual (Novembro 2021 a Março 2022). Isto porque o período de projecção inclui principalmente os meses de colheita e pós-colheita. Portanto, mantiveram-se os mesmos números de pessoas em insegurançca alimentar nas cidades de Pemba, Nampula e Niassa e nos distritos rurais de Cabo Delgado. Para os restantes distritos rurais e urbanos prevê-se a redução de pessoas em Crise, Fases 3+ da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar (IPC).

5.3 Actividades de Acompanhamento e Actualização da Situação

- Monitorar a situação de segurança alimentar pós-choques (Fevereiro-Março) e actualizar a projecção da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentação e Nutricional (IPC) de Abril-Setembro 2022;
- O Instituto Nacional de Estatística (INE), actualizar dados da população dos distritos, principalmente de Cabo Delgado, devido à saída e entrada do elevado número de deslocados.

5.4 Factores de Risco a Monitorar

- Comportamento pluviométrico até à próxima colheita;
- Terrorismo e movimentos populacionais em Cabo Delgado;
- Pandemia da COVID-19 e restrições associadas ao seu controle.

5.5 Projeccão da Insegurança Alimentar Aguda (Abril - Setembro 2021)

Durante o período de projecção (Abril – Setembro de 2022), correspondente ao pico do período de início de colheitas a pós-colheita, o número total de pessoas que está em insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior), estima-se que diminua de 1.857.642 para 1.443.380 (22% da população analisada) até Setembro de 2022 (Tabela-6, 7, 8 e Mapa-4 a seguir). Isso mostra uma diminuição de 28% no número de pessoas que enfrentam níveis de insegurança alimentar aguda desde o período actual até o período de projecção.

Tabela-6: Insegurança Alimentar Projectada **(Abril 2022 - Setembro 2022)**

5ª Fase	000 000 Pessoas em Situação de Catastrofe
4ª Fase	23,553 Pessoas em Situação de Emergência
3ª Fase	1,419,830 Pessoas em Situação de Crise
2ª Fase	5,864,586 Pessoas em Situação de Estresse
1ª Fase	7,031,410 Pessoas em Segurança Alimentar

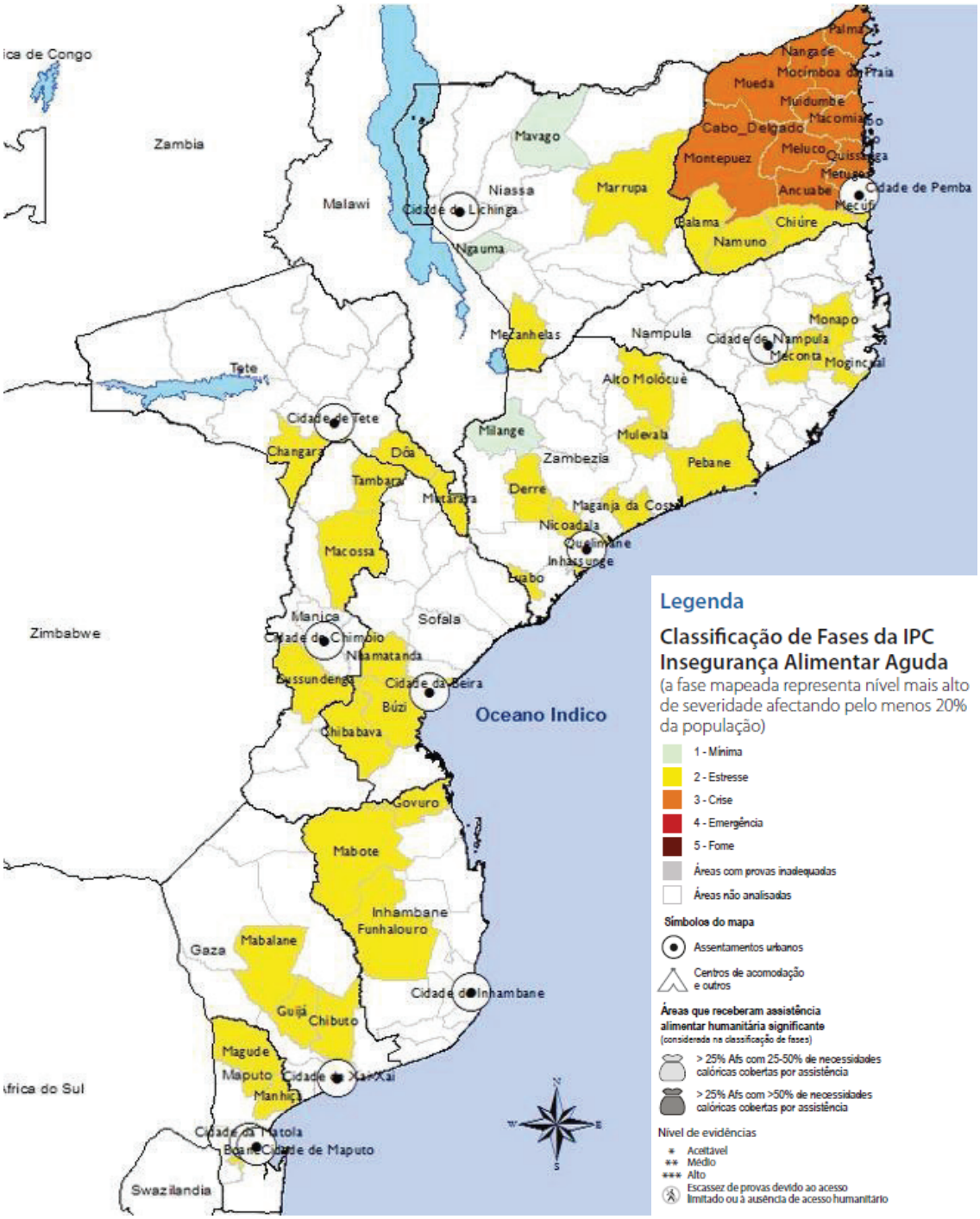
Tabela-7: Número de Pessoas em Insegurança Alimentar Aguda nas Áreas Urbanas no Período de Projecção (Abril - Setembro 2022)

Cidades/Areas Urbanas	População Total Analisada	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase da	Fase 3+	
		#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	Area	#Pessoas	%
Cidade de Lichinga	266,706	200,030	75	26,671	10	13,335	5	-	-	-	-	1	13,335	5
Cidade de Pemba	299,257	59,851	20	74,814	25	164,591	55	-	-	-	-	3	164,591	55
Cidade de Nampula	957,596	383,038	40	478,798	50	47,880	5	-	-	-	-	2	47,880	5
Cidade de Quelimane	410,629	205,315	50	205,315	50	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Cidade da Beira	719,806	359,903	50	345,507	48	14,396	2	-	-	-	-	2	14,396	2
Cidade de Tete	475,328	237,664	50	213,898	45	23,766	5	-	-	-	-	2	23,766	5
Cidade de Chimoio	476,957	357,718	75	47,696	10	23,848	5	-	-	-	-	1	23,848	5
Cidade de Inhambane	82,119	69,801	85	8,212	10	4,106	5	-	-	-	-	1	4,106	5
Cidade de Xai-Xai	157,188	133,610	85	15,719	10	7,859	5	-	-	-	-	1	7,859	5
Cidade da Matola	1,293,291	581,981	45	711,310	55	-	-	-	-	-	-	2	-	-
C. Maputo (Kamavota)	338,296	162,382	48	169,148	50	6,766	2	-	-	-	-	2	6,766	2
C. Maputo (Kamaxaquene	202,463	80,985	40	101,232	50	20,246	10	-	-	-	-	2	20,246	10
C. Maputo (Kamubukuana	331,245	149,060	45	165,623	50	16,562	5	-	-	-	-	2	16,562	5
C. Maputo (Katembe)	30,125	12,050	40	15,063	50	3,013	10	-	-	-	-	2	3,013	10
Total Urbano	**6,041,006**	**2,993,388**	**53**	**2,579,006**	**37**	**346,368**	**8**	**-**	**-**	**-**	**-**		**346,368**	**8**

Tabela-8: Número de Pessoas em Insegurança Alimentar Aguda nas Áreas Rurais no Período de Projecção (Abril - Setembro 2022)

Provincia	Distritos/Rural	População Total	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Fase 4		Fase 5		Fase da Area	Fase 3+	
			#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%	#Pessoas	%		#Pessoas	%
Niassa	Marrupa	96,733	48,367	50	43,530	45	4,837	5	-	-	-	-	2	4,837	5
	Mavago	36,660	32,994	90	1,833	5	1,833	5	-	-	-	-	1	1,833	5
	Mecanhelas	331,239	264,991	80	49,686	15	16,562	5	-	-	-	-	2	16,562	5
	Ngauma	117,357	99,753	85	11,736	10	5,868	5	-	-	-	-	1	5,868	5
	Sub total	581,989	446,105	76	106,785	19	29,100	5	-	-	-	-		29,100	5
Cabo Delgado	Ancuabe	245,078	73,523	30	85,777	35	85,777	35	-	-	-	-	3	85,777	35
	Balama	221,589	110,795	50	88,636	40	22,159	10	-	-	-	-	2	22,159	10
	Chiure	394,718	157,887	40	177,623	45	59,208	15	-	-	-	-	2	59,208	15
	Ibo	46,130	4,613	10	4,613	10	36,904	80	-	-	-	-	3	36,904	80
	Macomia	30,029	10,510	35	13,513	45	6,006	20	-	-	-	-	3	6,006	20
	Mecúfi	76,711	38,356	50	30,684	40	7,671	10	-	-	-	-	2	7,671	10
	Meluco	41,711	16,684	40	16,684	40	8,342	20	-	-	-	-	3	8,342	20
	Metuge	230,909	34,636	15	34,636	15	161,636	70	-	-	-	-	3	161,636	70
	Mocimboa da praia	7,594	759	10	759	10	6,075	80	-	-	-	-	3	6,075	80
	Montepuez	314,199	125,680	40	125,680	40	62,840	20	-	-	-	-	3	62,840	20
	Mueda	291,677	43,752	15	58,335	20	175,006	60	14,584	5	-	-	3	189,590	65
	Muidumbe	19,994	7,998	40	7,998	40	3,999	20	-	-	-	-	3	3,999	20
	Namuno	289,243	144,622	50	130,159	45	14,462	5	-	-	-	-	2	14,462	5
	Nangade	129,295	25,859	20	25,859	20	71,112	55	6,465	5	-	-	3	77,577	60
	Palma	19,687	984	5	984	5	14,765	75	1,969	10	-	-	3	16,734	85
	Quissanga	10,707	1,071	10	1,071	10	8,030	75	535	5	-	-	3	8,565	80
	Sub total	2,369,271	797,729	29	803,011	29	743,992	41	23,553	25	-	-		767,545	42
Nampula	Meconta	263,945	118,775	45	131,973	50	13,197	5	-	-	-	-	2	13,197	5
	Mogincual	112,760	62,018	55	45,104	40	5,638	5	-	-	-	-	2	5,638	5
	Monapo	462,989	162,046	35	277,793	60	23,149	5	-	-	-	-	2	23,149	5
	Sub total	839,694	342,839	45	454,870	50	41,984	5	-	-	-	-		41,984	5
Zambezia	Alto molocue	404,252	202,126	50	202,126	50	-	-	-	-	-	-	2	-	-
	Derre	127,899	63,950	50	57,555	45	6,395	5	-	-	-	-	2	6,395	5
	Inhassunge	104,897	47,204	45	47,204	45	10,490	10	-	-	-	-	2	10,490	10
	Luabo	68,069	30,631	45	30,631	45	6,807	10	-	-	-	-	2	6,807	10
	Maganja da costa	169,584	84,792	50	67,834	40	16,958	10	-	-	-	-	2	16,958	10
	Milange	696,056	591,648	85	104,408	15	-	-	-	-	-	-	1	-	-
	Mulevala	123,277	49,311	40	67,802	55	6,164	5	-	-	-	-	2	6,164	5
	Nicoadala	217,965	98,084	45	108,983	50	10,898	5	-	-	-	-	2	10,898	5
	Pebane	240,493	108,222	45	120,247	50	12,025	5	-	-	-	-	2	12,025	5
	Sub total	2,152,492	1,275,968	51	806,790	44	69,737	6	-	-	-	-		69,737	6
Sofala	Búzi	206,923	134,500	65	62,077	30	10,346	5	-	-	-	-	2	10,346	5
	Chibabava	156,926	70,617	45	78,463	50	7,846	5	-	-	-	-	2	7,846	5
	Nhamatanda	326,851	196,111	60	130,740	40	-	-	-	-	-	-	2	-	-
	Sub total	690,700	401,228	57	271,280	40	18,192	3	-	-	-	-		18,192	3
Manica	Macossa	53,271	21,308	40	26,636	50	5,327	10	-	-	-	-	2	5,327	10
	Sussundenga	200,164	100,082	50	90,074	45	10,008	5	-	-	-	-	2	10,008	5
	Tambara	61,774	30,887	50	21,621	35	9,266	15	-	-	-	-	2	9,266	15
	Sub total	315,209	152,277	47	138,331	43	24,601	10	-	-	-	-		24,601	10
Tete	Doa	98,281	44,226	45	44,226	45	9,828	10	-	-	-	-	2	9,828	10
	Mutarara	198,619	99,310	50	89,379	45	9,931	5	-	-	-	-	2	9,931	5
	Changara	138,911	55,564	40	62,510	45	20,837	15	-	-	-	-	2	20,837	15
	Sub total	435,811	199,100	45	196,115	45	40,596	10	-	-	-	-		40,596	10
Inhambane	Funhalouro	45,242	15,835	35	24,883	55	4,524	10	-	-	-	-	2	4,524	10
	Govuro	36,975	14,790	40	18,488	50	3,698	10	-	-	-	-	2	3,698	10
	Mabote	52,319	15,696	30	31,391	60	5,232	10	-	-	-	-	2	5,232	10
	Sub total	134,536	46,321	35	74,762	55	13,454	10	-	-	-	-		13,454	10
Gaza	Chibuto	228,401	57,100	25	79,940	35	34,260	15	-	-	-	-	2	34,260	15
	Guija	92,634	37,054	40	41,685	45	13,895	15	-	-	-	-	2	13,895	15
	Mabalane	39,462	11,839	30	21,704	55	5,919	15	-	-	-	-	2	5,919	15
	Sub total	360,497	105,993	32	143,329	45	54,074	15	-	-	-	-		54,074	15
Maputo Provincia	Boane	263,601	118,620	45	131,801	50	13,180	5	-	-	-	-	2	13,180	5
	Magude	78,038	23,411	30	42,921	55	11,706	15	-	-	-	-	2	11,706	15
	Manhiça	256,865	128,433	50	115,589	45	12,843	5	-	-	-	-	2	12,843	5
	Sub total	598,504	270,464	42	290,311	50	37,729	8	-	-	-	-		37,729	8
	Total	**8,478,703**	**4,038,024**	**46**	**3,285,584**	**43**	**1,073,459**	**11**	**23,553**	**0**	**-**	**-**	**-**	**1,097,012**	**11**
	Total Geral	**14,519,709**	**7,035,270**	**48**	**5,947,716**	**41**	**1,419,827**	**10**	**23,553**	**0**	**-**	**-**	**-**	**1,443,380**	**10**

Mapa-4: Projectada de Insegurança Alimentar Aguda (Abril - Setembro 2022)



6. CONSTATAÇÕES

6.1 Área Rural

Os resultados da análise e Classificação Integrada em Fases de Insegurança Alimentar e Nutricional (IPC) da presente avaliação, demonstram que 1.86 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar de crise e de emergência (IPC Fases 3 e 4), comparando com os 2,67 milhões de pessoas avaliadas em 2020, constata-se uma redução de cerca de 31%.

A província de Cabo Delgado possui a maior percentagem de pessoas que enfrenta altos níveis de insegurança alimentar aguda, com 35% de sua população provincial nas Fases 3 (Crise) ou 4 (Emergência) da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar (IPC).

A melhoria de situação de Segurança Alimentar e nutricional deve-se aos excedentes resultantes do aumento da produção e produtividade agrícola. Sendo a agricultura é a principal fonte de subsistência para o povo Moçambicano.

As áreas urbanas, a cidade de Pemba, apresenta o maior número de pessoas nas Fases 3 (Crise) ou 4 (Emergência) da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar (IPC), o correspondente a 55% da população, devido ao maior número de deslocados de terrorismo nesta cidade.

Os resultados desta avaliação mostram os efeitos combinados de choques múltiplos, com destaque para terrorismo nas zonas centro e norte de Cabo Delgado com movimento acentuado de deslocados para a zona sul de Cabo Delgado e para as Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia; Outros choques foram a seca e irregularidade de chuvas nas províncias do Sul e partes da zona Centro e Norte do País;

o COVID-19 teve maior impacto negativo nas cidades causando desemprego, rendimento reduzido e reservas mínimas alimentares.

Mais de 50% dos agregados familiares das cidades entrevistados possuía alguma fonte de rendimento, com maior destaque para as cidades de Lichinga, Quelimane, Beira e Matola. Nas cidades de Chimoio, Nampula e Xai-Xai, mais de 30% dos AFs não possuía alguma fonte de rendimento.

De acordo os resultados da Avaliação Pós-Colheita 2021, verifica-se uma redução de 800,000 pessoas com Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) nas Fases de Crise e Emergência em comparação com 2020, influenciada pela boa produção agrícola na campanha 2020/2021 em muitos distritos.

Embora a maior parte dos Agregados Familiares (AFs) inquiridos (média nacional de 56%) disse ter reservas alimentares provenientes da sua própria produção (com excepção dos distritos de Boane, Tambara, Magude e Doa que apresentaram menos de 30% da população sem reservas alimentares provenientes da sua própria produção).

6.2 Área Urbana

A análise da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar em Moçambique, incluiu 14 principais cidades do País para avaliar a vulnerabilidade urbana.

No período de Setembro de 2020 a Outubro de 2021, a cidade da Matola apresentou a maior percentagem (90%) de agregados familiares que sofreu algum choque natural, social ou económico, seguido das cidades de Chimoio (88%), Beira (77%) e Xai-Xai (70%). As cidades de Lichinga e Tete foram as que apresentaram menor percentagem de agregados familiares que sofreu choques (4% e 19%) respectivamente.

Espera-se que o número de pessoas em insegurança alimentar aguda das Fases 3 e 4 da Classificação Integrada em Fases da Insegurança Alimentar (IPC) reduza no Período de Projecção (Abril - Setembro de 2022) para 346,368 de pessoas (28%), devido a colheitas da presente campanha, a redução de casos de infecção por COVID-19, a redução dos preços dos alimentos durante a época da colheita e pós-colheita e, aumento das oportunidades de renda com a retoma das actividades do sector formal e informal.

Quanto aos serviços formais e especializados tais como: área do turismo, hotelaria, restauração e outros, as opções variam consoante a dinâmica do negócio, havendo casos de suspensão temporária de contratos, redução da jornada de trabalho com redução salarial, férias colectivas ou ainda, a rescisão do contrato de trabalho de acordo com as disposições da legislação laboral. Contudo, os chefes de agregados familiares, encontram alternativas, usando suas habilidades profissionais em trabalhos informais para a obtenção do rendimento para seu sustento da família.

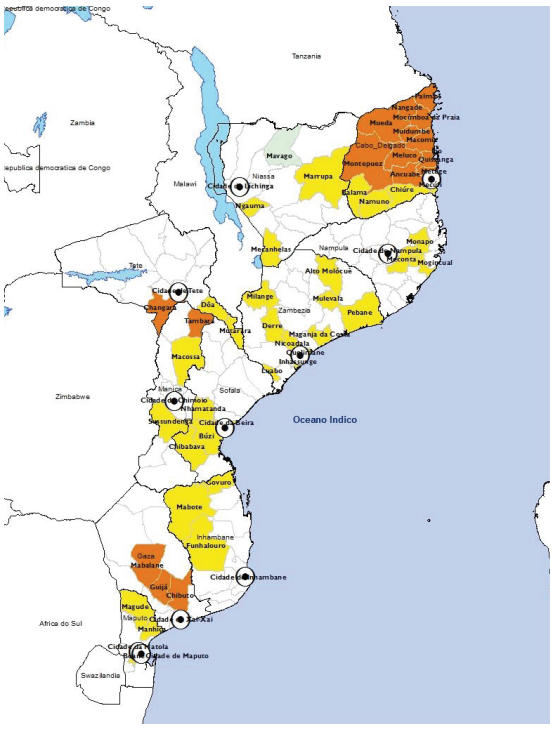
Em geral, a Tabela-9 e o Mapa-5 abaixo, apresentam o número de pessoas e áreas em Situação de Insegurança Alimentar Aguda no País, nos Períodos Actual e Período de Projecção.

Tabela-9: Número de Pessoas em Insegurança Alimentar Aguda no período de Novembro de 2021 a Setembro de 2022

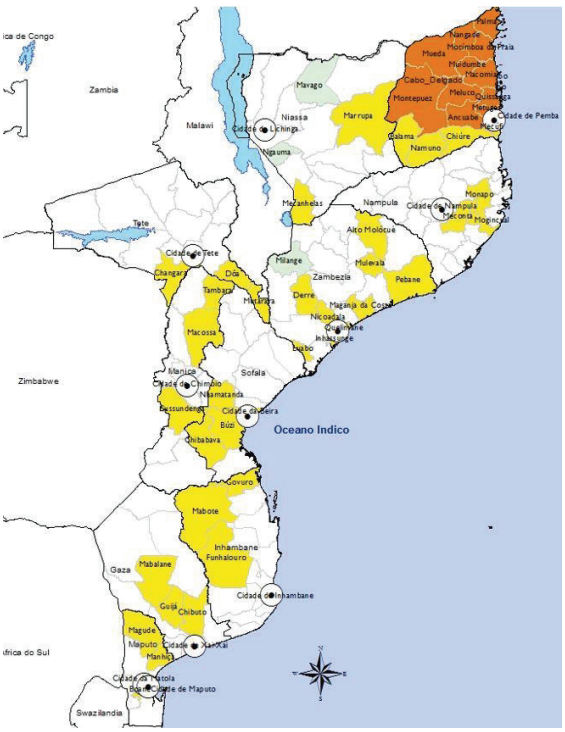
Províncias	Actual (Nov. 2021– Mar. 2022)	Projeção (Abr. – Nov. 2022)
Niassa	53.139	42.435
Cabo Delgado	932.136	932.136
Nampula	131.850	89.864
Zambezia	204.058	69.737
Tete	109.919	64.362
Manica	88.058	48.449
Sofala	88.718	32.588
Inhambane	28.392	17.560
Gaza	99.624	61.933
Maputo Província	63.506	37.729
Maputo Cidade	58.242	46.587
Total	**1.857.642**	**1.443.380**

Mapa-5: Situação de Insegurança Alimentar Aguda de Novembro 2021 a Setembro 2022

Novembro de 2021 - Março de 2022



Abril - Setembro de 2022



7. CONCLUSÃO

Os resultados da Avaliação Pós-Colheita 2021, mostram que 1.86 milhões de pessoas estão em situação e Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda. O que corresponde a uma redução de cerca de 800.000 pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda (InSAN) em comparação com 2020, isto é, de 2.67 milhões de pessoas para 1.86 pessoas, o correspondente a uma redução de 31%, influenciada pela boa produção agrícola na campanha 2020/2021.

Em relação ao consumo alimentar nas cidades capitais, mais de 80% dos agregados familiares entrevistados, apresentou um consumo alimentar adequado, com uma dieta semanal de mais de 4 grupos de alimentos, com exceção das cidades de Xa-Xai, Tete e Matola que apresentaram mais de 20% de agregados familiares com consumo alimentar moderado e uma dieta alimentar semanal variando entre 2 a 4 grupos de alimentos indicativo de situação de Insegurança Alimentar Aguda de Crise (IPC fase 3).

Nos distritos rurais, o consumo alimentar, em termos de frequência e diversidade de alimentos, melhorou na maior parte dos distritos visitados nos últimos meses. Comparando com os dados do inquérito de 2020, mais de 50% de agregados familiares apresentou um consumo adequado ou aceitável, excepto os distritos de Mabote, Funhalouro, Govuro, Magude, Mabalane e Doa que apresentaram uma pontuação de consumo alimentar pobre.

A manutenção de preços de cereais da produção agrícola na campanha agrícola 2020/2021, está relacionada aos investimentos e tecnologias disponibilizadas pelo programa Sustenta (Política Agrária do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural).

Em geral, o números de pessoas em insegurança alimentar e nutricional e respectivas percentagens nos distritos rurais e urbanos analisados, compreendem: 932,136 pessoas dos 17 distritos de Cabo Delgado (35%); 99,624 de 4 distritos de Gaza (19%); 28,392 de 4 distritos de Inhambane (13%); 109,919 de 4 dis-

tritos de Tete (12%); 88,058 de 4 distritos de Manica (10%); 204,058 de 10 distritos da Zambézia (8%); 131,850 pessoas de 4 distritos de Nampula (7%); 58,242 de 4 distritos de Maputo Cidade (6%); 88,718 de 4 distritos de Sofala (6%); 53,139 de 5 distritos de Niassa (6%); e 63,506 de 4 distritos de Maputo Província (3%).

Dados desagregados do período actual por áreas rural e urbana, indicam que em Cabo Delgado, existe cerca de 32% de pessoas em distritos rurais e 55% no distrito urbano (Pemba) em Crise, (Fase 3+). Em Gaza, há cerca de 21% na área rural e 15% na urbana, em distritos rurais e urbanos das restantes províncias as percentagens de pessoas em Crise (Fase 3+) está abaixo de 15%. Contudo, os distritos de Changara (Tete), Tambara (Manica), Chibuto, Mabalane e Guijá (Gaza) foram classificados na de Crise (IPC Fase 3+).

As províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, embora com distritos classificados na Fase de Estress, há que considerar a existência de deslocados e cerca de 38% de pessoas de agregados familiares acolhedores de deslocados, classificados na Fase de Crise, devendo ser contemplados na assistência alimentar.

8. LIMITAÇÕES DA ANÁLISE

- A Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Aguda Pós-Colheita 2021, foi circunscrita a 1/3 dos distritos (51) mais 13 Distritos de Cabo Delgado.
- A falta de dados actualizados da população de distritos afectados por terrorismo, dificultou o cálculo da percentagem da população em Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda por causa do elevado número de pessoas que saíram dos distritos e estabeleceram-se noutros distritos.

9. RECOMENDAÇÕES

- Continuar o desembolso dos 10% do Orçamento do Estado para agricultura para aumentar a disponibilidade de alimentos.
- Necessidade de expandir o apoio estruturado aos produtores agrícolas;
- Apostar na produção em blocos, com vista a aumentar áreas de produção dos Pequenos Agricultores (PAs);
- Reforçar a educação nutricional;
- Intensificar a educação comunitária, a necessidade de ter reservas e conservação de produtos alimentares provenientes da sua produção própria com vista a melhorar a dieta e evitar efeitos de insegurança alimentar e nutricional aguda;
- Sensibilizar a juventude a necessidade de engajarem nas actividades agrárias, de modo a garantir a produção para a alimentação familiar e obtenção de rendimento;
- Continuar com acções de melhoramento de sistemas de abastecimento de água potável às comunidades e a sensibilização para o saneamento do meio;
- Reforçar as equipas multidisciplinares e multissectoriais com mensagens interventivas para a mudança de atitude das comunidades em relação a segurança alimentar e nutricional, medidas de prevenção bem como de acções de mitigação para minimizar os efeitos negativos de desastres para criação de resiliência;
- Necessidade de incluir acções de mitigação de insegurança alimentar e nutricional, nos planos nacionais como, planos anuais e quinquenais de contingências e planos de intervenção sectoriais;
- Considerar a percentagem de deslocados e acolhedores para análise e planificação tendo em conta que o número absoluto destes grupos alvo, muda constantemente devido ao movimento de pessoas entre distritos.
- Monitorar a situação de segurança alimentar pós-choques (Fevereiro-Março) e actualizar a projecção da insegurança alimentar e nutricional aguda no período de Abril-Setembro 2022;
- Disponibilizar quites de insumos agrícolas aos beneficiários de assistência humanitária para o seu rápido restabelecimento;

ANEXOS
Lista de Participantes da Avaliação de SAN Pós-Colheita 2021

Nr.	Nome	Instituição	Cell	Email
1	Celmira da Silva	Secretária Executiva do CONSAN	258 827301886	celmiradasilva@gmail.com
2	Antonio Pacheco Lima	Director do SISAN	258 840284825	pachecoleo69@yahoo.com.br
3	José Vilanculo	SETSAN - Central	258 824857030	vilanculo4@gmail.com
4	Big Ofice	SETSAN - Central	258 825619922	bigofice45@gmail.com
5	Cátia Namagina	SETSAN - Central	258 827721140	c.atiaires010@gmail.com
6	Fernanda Simbine	SETSAN - Central	258 845730619	fernandasimbine@hotmail.com
7	Agnaldo Cambaza	SETSAN - Central	258 845292489	agcambaza@gmail.com
8	Vlademiro Fo	SETSAN - Central	258 824019002	nvlademiro@gmail.com
9	Mario Mujovo	SETSAN - Central	258 846977073	mariomujovo45@gmail.com
10	Julia Macuacua	SETSAN - Central	258 849322745	juliaeugenio2011@gmail.com
11	Reamina José da Silva	SPAE -Cidade de Maputo	258 846112644	reamina.cardoso@gmail.com
12	Núrsia Matimele	SPAE -Maputo	258 848805860	nursiamatimele@gmail.com
13	Bernardo Matavele	SPAE -Gaza	258 847100051	bernardomatavele@gmail.com
14	António Quibine Matsinhe	SPAE -Inhambane	258 843868538	antonioqmatsinhe@gmail.com
15	Adercia Moisés Naene	SPAE -Sofala	258 877828589	naedercia@gmail.com
18	Adelino Rameque	SPAE -Niassa	258 844469042	arameque13@gmail.com
19	Regina Ngonde	SPAE -Zambézia	258 872016090	reginaf.ngonde@gmail.com
20	Gizela Brito	SPAE -Tete	258 846084068	gisellabrito11@gmail.com
21	Felizmino Chicovela	SPAE -Nampula	258 844054750	Chicovelap@gmail.com
	Avelino Silvério	SPAE -Cabo Delgado	258 841445520	avelinosilverio@yahoo.com.br
22	Geraldo Terenciano	Tecnico do SDAE de Katembe		
23	Lizete Magaia	Tecnico do SDAE de Kamavota		
24	Arsénio Luis Chembene	Tecnico do SDAE de Kamubukuane		
25	Francisco Nguenha	Tecnico da DPAP		
26	Adriano Mbalane	Tecnico do SDAE de Magude		
27	Henriques Chirinza	Tecnico do SDAE de Manhica		
28	Nelson Isaque	Tecnico do SDAE de Boane		
29	Brista Coutinho	Tecnico do SDAE de Matola		
30	Clemencia Jaime	Tecnica da DPAP		
31	Oldemiro Chauque	Tecnico do SDAE de Xai-Xai		
32	Jorge Pascual	Tecnico do SDAE de Chibuto		
33	Elias carlos Matsinhe	Tecnico do SDAE de Guija		
34	Rafael Macuacua	Tecnico do SDAE de Mabalane		
35	Jorge Pambi	Tecnico da DPAP		
36	Azeli a Nhanposa	Tecnico do SDAE de Inhambane		
37	Cristofa Baptista Tizai	Tecnico do SDAE de Funhalouro		
38	Helder Maria Viana	Tecnico do SDAE de Govuro		

39	Miguel Albano	Tecnico do SDAE de Mabote		
40	Ana Matsinhe	Tecnico da DPAP		
41	Jose Ramos	Tecnic o do SDAE da Beira		
42	Sidonia Pedrosso Amosse	Tecnico do SDAE de Buzi		
43	Isaias Paulo Cuaranganua	Tecnico do SDAE de Chibabava		
44	Andre Jose Pita	Tecnico do SDAE de Nhamatanda		
45	Deonisio Rapeque	Tecnico da DPAP		
46	Clerce Marrupe	Tecnico do SDAE de Chimoio		
47	Rosario Filipe Cabungaidze	Tecnico do SDAE de Sussundenga		
48	Lemos Goba Nhamacoa	Tecnico do SDAE de Macossa		
49	Nilton Tomas Zacarias	Tecnico do SDAE de Tambara		
50	Fernando chá	Tecnico da DPAP		
51	Jorge Canpenjota	Tecnico do SDAE de Tete		
52	Aderito Antonio Taminho	Tecnico do SDAE de Mutarara		
53	Pedro Raul Mateus	Tecnico do SDAE de Doa		
54	Gentil Abilio Francisco	Tecnico do SDAE de Changara		
55	Isabel Oliveira	Tecnico da DPAP		
56	Lino António Xavier Raul	Tecnico do SDAE de Quelimane		
57	Marco Joaquim Andrade	Tecnico do SDAE de Luabo		
58	Nilza Ezequiel Caetano	Tecnico do SDAE de Inhassunge		
59	Estencer Afonso Pedro	Tecnico do SDAE de Pebane		
60	Pedro Mbobo	Tecnico do SPAE de Nampula		
61	Milena da Grolia Velho	Tecnico do SDAE de Nampula		
62	Moises da Graca M. Kamoto	Tecnico do SDAE de Monapo		
63	Nercia Dalira N. Machire	Tecnico do SDAE de Meconta		
64	Jeronimo Agostinho Ali Saide	Tecnico do SDAE de Mugingual		
65	Felicio Luciano Sine	Tecnico da DPAP		
66	Jordão Nihuta	Tecnico do SDAE de Pemba		
67	Armindo Jose Luis Mugomba	Tecnico do SDAE de Chiuri		
68	Osvaldo Artur Afonso	Tecnico do SDAE de Balama		
69	Frai Issufo	Tecnico do SDAE de Ancuabe		
70	Isilda Combo	Tecnica do DPAP		
71	Faruk Suleim ane	Tecnico do SDAE de Lichinga		
72	Eulalia Olinda Munguambe	Tecnico do SDAE de Marrupa		
73	Vanderci Carlos Muarane	Tecnico do SDAE de Mavago		
74	Candido Zera	Tecnico do SDAE de Mecanhelas		
		Parceiros		
1	Felicidade Panguene	FAO		Felicidade.Panguene@fao.org
2	Jose Matsinhe	FAO		Jose.Matsinhe@fao.org
3	Lara Carrilho	PMA		lara.carrilho@wfp.org
4	Ananias N elo	PMA		ananias.nielo@wfp.org
5	Pablo Rodrigues	PMA		pablo.rodriguez@wfp.org